

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Identities, sentidos e negociações no trabalho de cuidado: narrativas de
mulheres cuidadoras de pessoas idosas**

Ana Luisa Campos Moro

Porto Alegre

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ana Luisa Campos Moro

**Identities, sentidos e negociações no trabalho de cuidado: narrativas de
mulheres cuidadoras de pessoas idosas**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Adolfo Pizzinato

Porto Alegre

2021

*Às interlocutoras dessa pesquisa, que cederam horas de seu dia,
compartilharam suas histórias, contaram e mostraram sua rotina – até
aquelas partes mais difíceis.*

Agradecimentos

O percurso percorrido ao longo do curso de mestrado e, por fim, com a finalização deste ciclo, contou com a valiosa colaboração de muitas pessoas.

Agradeço às minhas interlocutoras de pesquisa, que generosamente compartilharam comigo suas histórias e suas rotinas. Sem elas, esse trabalho não seria possível.

Ao meu orientador, Adolfo, por seu apoio, acompanhamento, confiança e valiosas orientações e contribuições durante todo este percurso. Em especial, pelo acolhimento e suporte nesta reta final, permitindo leveza e boas risadas no decorrer da escrita.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPG Psico) e seu corpo institucional, pelo apoio durante esta jornada e os aprendizados adquiridos e compartilhados.

Aos colegas do PPG e, em especial, aos colegas do Núcleo de Estudos e Intervenção Psicossocial à Diversidade (NEPsiD), por toda a colaboração, suporte e trocas no decorrer dessa jornada. Em especial à Ana Karina, pelo apoio, auxílio e desabafos no decorrer do mestrado, além de todo o suporte técnico-burocrático nesta reta final da dissertação.

Aos amigos e colegas que auxiliaram na divulgação da pesquisa e auxiliaram meu contato com as participantes. Em especial: Sabrina, Bárbara, Mariana, Cláucia e Beatriz.

À minha família de origem, em especial meus pais e tias. Pelo suporte, acolhimento e, principalmente, compreensão com relação às ausências motivadas pela vida profissional e acadêmica.

À minha família formada, agradeço à Helena por todo o incentivo, apoio e confiança, me fazendo acreditar que seria possível começar, desenvolver e finalizar este trabalho. Ainda, agradeço pelas leituras, pelo inabalável otimismo e por todo o afeto, sempre. E, como não poderia deixar de ser e reproduzindo a fala de uma interlocutora: aos “meus filhos de quatro patas”, sempre tão presentes.

Às minhas amigas desde os primórdios da trajetória na Psicologia: Betina, Lúzie e Mariana, agradeço a amizade, o incentivo e todas as trocas ao longo desses 11 anos de história. Aos amigos tão e nem tão antigos, em especial Renata e Maurício, pela amizade e companhia nos últimos anos.

Por fim, agradeço às professoras que em tanto contribuíram com este trabalho nas bancas de pré-qualificação e qualificação. Ainda e em especial, agradeço a participação das professoras que compõem a banca de avaliação da dissertação: à Ana Cristina, pelas contribuições no momento da qualificação, pela atenção e pela disponibilidade enquanto relatora; à Jurema, igualmente pelas contribuições na qualificação e como importante inspiração teórica; à Mayte, minha orientadora na graduação e importante referência e presença há tantos anos.

*Na avenida, deixei lá
A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar
Quebrei a cara e me livreí do resto dessa vida
[...]*

*Mulher do fim do mundo
Eu sou, eu vou até o fim cantar
[...]*

*Eu sou mulher do fim do mundo
Eu vou, eu vou, eu vou cantar
Me deixem cantar até o fim.*

(Elza Soares – Mulher do Fim do Mundo)

Resumo

A presente dissertação é o percurso e o resultado de uma pesquisa qualitativa realizada com mulheres que atuam profissionalmente enquanto cuidadoras de pessoas idosas. As participantes atuavam enquanto cuidadoras profissionais e remuneradas e foram acessadas na cidade de Porto Alegre e de sua região metropolitana. Objetivou-se uma aproximação com as suas trajetórias vitais e ocupacionais mediante entrevistas abertas e a proposta de uma composição fotográfica. Oito mulheres participaram do estudo e foram realizadas, no total, 13 entrevistas. O material de pesquisa foi analisado a partir do modelo da Análise Crítica do Discurso (ACD) e dela emergiram categorias de análise que culminaram em dois artigos distintos e uma reflexão em formato de epílogo. O primeiro artigo traz reflexões sobre trajetórias e identidades profissionais associadas às participantes, compondo discussões sobre precarizações, reconhecimentos, interseccionalidades e atravessamentos com suas próprias famílias. O segundo artigo discute sobre o mercado de trabalho do cuidado e sobre o cuidado remunerado enquanto um trabalho de fronteiras porosas com outras profissões, convocando as participantes a (re)construir múltiplas posições subjetivas. Por fim, no epílogo, são retomadas discussões anteriores sob o prisma dos atravessamentos e das consequências de uma pandemia global, a de COVID-19.

Palavras-chave: trabalho de cuidado; trajetórias; self dialógico; identidades; COVID-19

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 – Psicologia

Abstract

This dissertation is a route and a result of a qualitative research carried out with women who work professionally as caregivers of elderly people. The participants acted as professional and paid careworkers, which were accessed in the city of Porto Alegre and its metropolitan region. The objective was an approximation with their vital and occupational trajectories through open interviews and the proposal of a photographic composition. Eight women participated in the study and a total of 13 interviews were conducted. The research data was analyzed based on the Critical Discourse Analysis (CDA) model and from it emerged categories of analysis that culminated in two distinct articles and an epilogue-shaped reflection. The first article brings thoughts on professional trajectories and identities associated with the participants, adding to the discussion concepts of precariousness, recognition, intersectionalities and the crossings with their own families. The second article discusses the care labor market and paid care as a job with porous borders with other professions, summoning the participants to (re)construct multiple subjective positions. Finally, in the epilogue, previous discussions are resumed on the light of crossings and consequences of the global pandemic of COVID-19.

Keywords: carework; trajectories; dialogical self; identities; COVID-19.

Sumário

1. Apresentação e Reflexões Iniciais	10
2. Introdução	14
2.1 As vicissitudes do envelhecimento populacional	14
2.2 Apontamentos Conceituais: Cuidado ou <i>Care</i>	16
2.3 Cuidado e Trabalho Reprodutivo	17
2.4 Uma nova crise? A ‘Crise’ do Cuidado.....	19
2.5 Trabalhos de Cuidado: Demarcação de Fronteiras.....	22
3. Reflexões Epistêmico- Metodológicas	26
3.1 Procedimentos Metodológicos	27
3.2 Participantes do Estudo	30
3.3 Procedimentos de Análise	31
3.4 Introdução das Participantes.....	33
4. Artigo 1: “Sentidos, negociações e precarizações: marcas nas trajetórias de cuidadoras profissionais de pessoas idosas”.....	Erro! Indicador não definido.
4.1 Introdução.....	Erro! Indicador não definido.
4.2 Método.....	Erro! Indicador não definido.
4.3 Resultados e Discussão.....	Erro! Indicador não definido.
4.4 Considerações Finais	Erro! Indicador não definido.
4.5 Referências	Erro! Indicador não definido.
5. Artigo 2: “Negociações dialógicas nas identidades de cuidadoras de pessoas idosas: uma reflexão sobre um trabalho de quase”.....	Erro! Indicador não definido.
5.1 Introdução.....	Erro! Indicador não definido.
5.2 Método.....	Erro! Indicador não definido.
5.3 Resultados e Discussão.....	Erro! Indicador não definido.
5.4 Considerações Finais	Erro! Indicador não definido.
5.5 Referências	Erro! Indicador não definido.
6. Epílogo: Cuidado em uma pandemia global, de quem e para quem?.....	Erro! Indicador não definido.
7. Considerações finais da dissertação.....	Erro! Indicador não definido.
8. Referências	42

1. Apresentação e Reflexões Iniciais

Esta dissertação é produto de um percurso de mestrado iniciado em março de 2019. A aproximação com a temática da pesquisa surgiu de forma corriqueira e inesperada: ao ouvir sobre um diálogo entre uma contratante e uma profissional dos serviços de cuidado. Esse diálogo travado entre essas personagens carrega consigo algumas intempéries que logo irei me aprofundar, mas, antes de tudo, quando lembro desse diálogo, me remeto a um fato inegável: aquela teria sido a primeira vez que eu havia me atentado aos entremeios de um trabalho de cuidado, que produz e reproduz relações desiguais que ultrapassam as concepções de trabalho que até o momento eu havia estudado nos espaços acadêmicos por onde passei.

Porém, voltando ao diálogo, este tinha como cenário a sala de espera de uma movimentada clínica em um bairro de classe média-alta da capital do Rio Grande do Sul. No local, uma senhora, que demonstrava claramente sua impaciência com a demora pelo chamamento para a consulta, atendeu o seu telefone e passa a trocar informações com uma outra mulher. Amplificada pela tecnologia do viva-voz e alheia a qualquer tipo de privacidade, a conversa seguiu rumos, à primeira vista, profissional: a mulher do outro lado da linha declarava interesse em uma vaga anunciada pela senhora impaciente; a segunda informava que a vaga era para cuidar de sua mãe e que, por isso, precisava discorrer algumas perguntas, buscando conhecer melhor a profissional.

Além de perguntas habituais, aquelas previstas em uma ‘entrevista de emprego’ sobre experiências anteriores, por exemplo, aquele diálogo tomou um rumo inesperado despreziosa. A contratante habilmente questionou se a profissional tinha filhos, pois, afinal de contas, precisava contratar alguém que pudesse se dedicar muito ao cuidado de sua mãe; ao que a cuidadora respondeu que não e, por isso, possuía toda a disponibilidade necessária. Ainda me questiono e acredito que reflexão semelhante foi travada por minhas interlocutoras nesta pesquisa: não ter filhos é sinônimo de não precisar de horas de descanso? Cuidar de alguém implica em regime de dedicação exclusiva?

De volta ao diálogo, já satisfeita com as respostas da entrevistada e já disposta a agendar um ‘teste’, a contratante disparou mais duas perguntas finais: questionou à profissional sobre a sua ‘boa aparência’ e sobre o ‘estilo’ de seu cabelo. A cuidadora, naquele momento, pareceu não entender os questionamentos, solicitando uma melhor explanação. Quando a contratante, surpresa pelo questionamento, responde de maneira reticente, parecendo buscar as palavras ‘certas’: *ao seu gosto*, a cuidadora *não poderia ser* nem magra, nem gorda demais; deveria ser discreta, principalmente no que diz respeito ao cabelo, pois este não poderia *chamativo*.

Quando a explicação da contratante ecoou, a ligação foi interrompida do outro lado da linha. A candidata a cuidadora encerrou abruptamente o diálogo, o que foi imediatamente ironizado pela contratante, direcionando-se a sua mãe. O contato profissional passou a ganhar tons de personalidade, de hierarquias sociais fortemente estabelecidas e de violência, até que não foi mais suportado e precisou ser interrompido,

Penso que, ademais leituras maniqueístas sobre esta situação, é inevitável nos atentarmos à naturalidade com que demandas *não profissionais* foram ali engajadas em relações ditas de profissionalismo. Talvez aquele diálogo não tenha sido o primeiro e nem o último, novas entrevistas podem ter ocorrido em salas de espera distintas. O contato ali estabelecido pode não ser a regra para todas ou para a maioria das relações remuneradas de trabalho de cuidado, mas também podem não ser a exceção. Mas aquele diálogo pode ser entendido como uma pista indiciária de algo bem mais arraigado nas relações laborais, de gênero e étnico raciais da sociedade brasileira e sua história colonial.

A partir daquele momento – onde destaco também a minha inércia com relação ao que acabara de acontecer –, com auxílio de meu orientador, iniciei meu itinerário teórico com a temática. Para nos aproximarmos da realidade local das cuidadoras remuneradas em Porto Alegre, como uma porta de entrada, assim como ocorreu na situação narrada, passei a mapear anúncios de vagas de emprego. As palavras-chaves “vaga emprego cuidadora” retornaram inúmeros resultados no decorrer dessa trajetória acadêmica, trazendo consigo especificidades de um ‘mercado fortemente aquecido’ e de frequentes marcações sociais e de conduta, como será explorado no primeiro artigo deste estudo.

O projeto de mestrado delineado ainda no ano de 2019 trazia consigo ideias do caminho a ser seguido: acessar mulheres que atuassem como cuidadoras (há no mínimo seis meses) por meio de indicações e de contatos institucionais (participação em cursos de formação, por exemplo). A participante seria convidada para um encontro presencial para dialogar sobre sua história de vida e de trabalho. Posteriormente, seria convidada a participar do segundo encontro: receberia uma câmera fotográfica descartável e seria instigada a tirar (a partir de sua escolha) uma série limitada de fotos que retratassem o seu cotidiano nas semanas seguintes. As fotografias seriam reveladas e, em um novo encontro presencial, apresentadas às participantes para discussão sobre “seus sentidos e significados” para a interlocutora.

Na semana seguinte ao momento de qualificação do projeto, entretanto, houve a eclosão da pandemia de COVID-19, suspendendo quaisquer planejamentos para “encontros” que poderíamos vir a delinear; , o contexto originário da pesquisa já não era o mesmo e eu já

não imaginava ser possível realizar uma pesquisa em meio a pandemia, não desejando atuar como mais uma exposição àquelas mulheres que, pelo que eu vinha apreendendo na literatura do tema, possuem um trabalho por muitas vezes extremamente exposto, sem regulamentação e sem garantias/direitos.

Após muitos entraves – principalmente pessoais – o trabalho de campo propriamente dito teve início em dezembro de 2020 e foi finalizado em maio de 2021, de forma remota e *online*. No contexto pandêmico, portanto, entra em cena o *smartphone* das participantes e se perde a característica analógica e limitada das câmeras descartáveis; se abre espaço para fotos mais “antigas” da galeria de imagens dos celulares, fotos que, possivelmente, são carregadas de sentido para as participantes para serem lembradas e enviadas. Cabe destacar que as interações mediadas pela internet foram, inclusive, palco de dificuldades técnicas, de extrapolação do pacote de dados – como diria uma interlocutora: “internet de cuidadora é assim” –, de atravessamentos com a vida pessoal e profissional daquelas personagens engajadas em um encontro virtual. O entremeio virtual das interações permitiu, inevitavelmente, uma benesse: a continuidade das conversas, a troca de mensagens e o envio de fotos por meio do aplicativo *WhatsApp*.

A riqueza de relatos, informações e fotografias trazidas pelas participantes não poderão ser incorporados de maneira completa nesse estudo. As imagens, inclusive, por mais que tenham sido utilizadas exclusivamente¹ como disparadoras de conteúdo e aprofundamento de discussões trazidas nos encontros virtuais, permitiram uma inestimável aproximação com o real do trabalho e da rotina das participantes, que se propuseram a dividir comigo, por meio de suas narrações e fotografias, as cores, paisagens, emoções, desafios e vitórias enlaçados em sua vida pessoal e de profissionais do cuidado.

O presente estudo, portanto, se estrutura em dois artigos distintos, construídos por meio das trocas com as interlocutoras, referenciais teóricos inerentes às temáticas, reflexões e problematizações suscitadas. Antes de adentrarmos os artigos propriamente ditos, explicitamos uma retomada teórica sobre as temáticas basais do estudo, situando as concepções postuladas e eventuais discordâncias ou tensionamentos correntes na literatura. Posteriormente, apresenta-se a metodologia que orienta o estudo e as participantes são introduzidas, por meio de um breve apanhado sobre suas trajetórias de vida.

O primeiro artigo, intitulado “Sentidos, negociações e precarizações: marcas nas trajetórias de cuidadoras profissionais de pessoas idosas”, busca aproximar-se das trajetórias

¹ Esse ponto será abordado nas discussões a respeito da metodologia do estudo.

vitais e ocupacionais das cuidadoras entrevistadas, evidenciando constantes disputas e negociações internas com relação ao sentido e a identidade enquanto “eu-cuidadora”, versando sobre precarizações, reconhecimento e marcações sociais.

O segundo artigo, de título “Negociações dialógicas nas identidades de cuidadoras de pessoas idosas: uma reflexão sobre um trabalho de quase”, por sua vez, objetiva refletir sobre o mercado de trabalho do cuidado remunerado e refletir sobre a profissão-cuidadora enquanto um trabalho singular, que é aproximado, atravessado e, ao mesmo tempo, distanciado de outras profissões.

Encaminhando-nos para o encerramento, é realizada uma discussão sobre a pandemia de COVID-19 e os atravessamentos na subjetividade, nas trajetórias e nas rotinas de trabalho das participantes. Finalmente, são debatidas possíveis considerações finais alcançadas com o estudo.

Considerando que se optou pela construção e apresentação dos resultados de pesquisa em formato de artigos independentes, poderá haver eventuais repetições para o/a leitor/a da dissertação como um todo, principalmente no que diz respeito à descrição metodológica dos artigos.

2. Introdução

2.1 As vicissitudes do envelhecimento populacional

No decorrer do século XX, o envelhecimento populacional poderia ser entendido como uma preocupação exclusiva dos países considerados como desenvolvidos ou do norte global (Debert & Pulhez, 2019; Georges, 2019). Em décadas mais recentes, porém, essa temática vem ganhando a cena familiar, social e política também de países em desenvolvimento (Debert & de Oliveira, 2015). Para Letícia Robles Silva (2001), aumento crescente dos idosos na população se traduz como um fenômeno antes raro e que agora é visível; trata-se de um processo inquestionável, estando presente em dados oficiais de governos, trabalhos acadêmicos e em nossas vivências diárias.

Este gradativo envelhecimento da população, ao passo em que é celebrado como um indicador de qualidade de vida populacional – considerando a longevidade e o aumento da expectativa de vida enquanto grandes conquistas da contemporaneidade – pressupõe, ao mesmo tempo, uma série de desafios que devem ser superados nos mais diversos âmbitos, como saúde pública, previdência e, também, o cuidado a esta população (Debert & Oliveira, 2015), buscando garantir a experiência de um envelhecer com dignidade e segurança² (Hoffmann-Horochovski, Bega, Horochovski & Schwyzer, 2020).

De maneira semelhante, Brett Neilson (2019) compreende que o crescente envelhecimento da população pode ser nomeado como uma “Crise do Envelhecimento Global”³, sendo esta um processo primário de transformação em nosso contexto contemporâneo. Essa nomeada ‘crise’, portanto, preconiza reordenamentos e reorganizações a nível social e familiar, tendo em vista a crescente demanda de cuidados a pessoas idosas com certo nível de dependência (Debert & Pulhez, 2019), conforme define Robles Silva (2001, p. 561):

"El envejecimiento puede implicar una serie de dificultades para realizar múltiples actividades [...] No es abrupta sino paulatina, y es tanto orgánica como social. El cuerpo orgánico pierde lentamente sus funciones corporales y llega un momento en que es incapaz de satisfacer sus necesidades más esenciales. E igual su cuerpo social, que descende a un nivel en que ya no es capaz de mantener un a continuidad en sus rutinas cotidianas ni en sus papeles sociales."

² Ou, conforme o contexto legislativo brasileiro preconiza, conforme a Lei de nº 10.741/2003: “Art. 2º: O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...] para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.”

³ Importante atentar-se à expressão “crise”, que será frequentemente trazida à tona nestas discussões introdutórias.

Antes de debatermos o cuidado em sua conceituação teórica, é preciso elucidar o papel do privado e do público, da família e do Estado no que tange o envelhecimento populacional. Cristina Carrasco, Cristina Borderías e Teresa Torns (2011), em um contexto Europeu, afirmam, ao iniciar suas discussões sobre cuidado e trabalho de cuidado, que o envelhecimento da população torna evidente as desvantagens de uma sociedade individualista, onde o Estado Bem-estar já “quase não existe” (p. 36); dessa forma, o cuidado realizado no âmbito privado demonstra as limitações das políticas de proteção social europeias. Elas advogam que, para solucionar a problemática do crescente envelhecimento e dependência da população, é necessário incluir o cuidado enquanto política de Estado, descolando a questão de algo que deva ser resolvido individualmente ou em famílias – em específico, como um “problema das mulheres” – e, pelo contrário, entendida como uma demanda social e coletiva, de maneira semelhante como ocorre com garantia de acesso à saúde e educação (Carrasco et al., 2011).

Nadya Guimarães (2020a), já no contexto brasileiro, compreende uma tendência crescente à mercantilização do cuidado, crescendo em sintonia com diversas outras precarizações estruturais do capitalismo periférico. Segundo a autora, esse fenômeno ganha a cena no início da década de 1990. Ana Amélia Camarano (2012), por sua vez, detalha que essa tendência de crescimento se relaciona diretamente ao aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, ao maior número de pessoas dependentes: o número de idosos que poderão necessitar de cuidados prolongados, em 2010, enfrentava uma tendência de crescimento de 30% a 50%. Apesar da tendência percebida, compreende-se que os cuidados provenientes do Estado são praticamente inexistentes ou residuais: direcionam-se, primordialmente, à institucionalização de idosos em condição de maior vulnerabilidade socioeconômica (Camarano, 2012; Camarano & Mello, 2010; Debert & de Oliveira, 2015).

Javier Pineda Duque (2014) compreende este fenômeno como uma ‘Crise’ do Bem-Estar: mediante o acelerado envelhecimento populacional, o aumento nos níveis de dependência, as mudanças estruturais nas famílias, transformações de relações de gênero, o crescente ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a retração de políticas sociais e a emergência neoliberal de gestão, há a eclosão de trabalhos de cuidado e domésticos, respondendo de maneira individual e privada a demandas do mercado e das famílias – em específico, famílias de classes médias e altas.

Assim, os atores envolvidos neste cenário – Estado, famílias, mercado e comunidade (Hirata, 2020a) – agregam atuações e responsabilidades desiguais e assimétricas, com uma tendência assinalada de crescente desresponsabilização do Estado e, simultaneamente, crescente participação do mercado – em um fenômeno de crescente mercantilização da vida

íntima (Batista & Araújo, 2011). Pesquisas atuais revelam que a díade família-mercado se encontra na base da organização social do cuidado a pessoas idosas no contexto brasileiro (Hirata, 2020b); sendo ambas as agentes imbuídas de marcações de gênero e, no caso do segundo elemento, de classe e raça, como veremos a seguir.

2.2 Apontamentos Conceituais: Cuidado ou Care

Antes de discutirmos a respeito dos principais elementos implicados nesta nomeada ‘crise’ do envelhecimento, precisamos explorar a definição das significações atreladas ao cuidado. Em retrospectiva teórica, Debert e Pulhez (2019) apontam que as primeiras reflexões a respeito da temática do cuidado surgiram na década de 1980, tomando o ato de cuidar enquanto uma relação de direção única: o cuidador, ativo e independente, cuidava de alguém, que era passivo e dependente. Esses primeiros estudos tinham, portanto, como foco o estresse a que o cuidador familiar estava submetido. Na década de 1990, percebe-se uma necessidade de redefinição e ampliação deste escopo de estudos, permitindo uma visão mais abrangente de quem é esse cuidador.

Por sua vez, Guimarães e Hirata (2020a), ao realizarem uma retrospectiva sobre a agenda dos estudos de cuidado, destacam a emergência do tema já nos anos 1970, no contexto norte-americano e francês, e buscam destacar diferentes percursos teóricos percorridos por estes estudos nos contextos da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa. As autoras apontam o caráter polissêmico do conceito de cuidado, usualmente grafado como *care* tanto em estudos brasileiros quanto internacionais. Compreende-se que a utilização do termo em inglês implica em uma categoria de significado mais ampla do que boa parte das traduções consegue dar conta (Araújo, 2018; Debert & Pulhez, 2019; Guimarães, Hirata & Sugita, 2011).

No presente estudo, as terminologias cuidado, cuidar e *care* serão utilizadas enquanto sinônimos, podendo ser definidas como “cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades” (Hirata & Guimarães, 2020a, p. 29). Esses significados ocupam-se tanto de uma prática, atitude e de uma disposição moral de cuidado, conforme ainda apontam as autoras. O cuidado também engloba uma gama de atividades e relações que são estabelecidas para dar conta de necessidades – concretas ou subjetiva – de outros; podendo ser definido como imerso em uma relação de assistência, apoio ou prestação de serviço, de maneira remunerada ou não (Hirata, 2020a).

Para Joan Tronto (2013), uma importante referência na temática, o cuidado implica em responsabilidade e compromisso, trazendo consigo um inevitável componente relacional:

afeta paralelamente aquelas⁴ que cuidam e aqueles que são cuidados, carregando afeto, esforços e emoção (Tronto, 1997). Tronto atesta que o cuidado também possui um inerente caráter político, para qual ela pleiteia uma ‘Democracia do Cuidado’, considerando que “o cuidado já está em toda parte. E todos nós não somos apenas provedores de cuidado, nós também somos - cada um de nós - receptores de cuidado” (Tronto, 2015, p. 08) Para a autora, há o imperativo de equalização do cuidado e de suas responsabilidades, sendo consistente com valores de justiça, liberdade e igualdade, tomando-o um valor central em nosso mundo político (Tronto, 2015).

As faces relacionais e emocionais do cuidado também foram importantes temáticas discutidas por Arlie Hochschild (2003; 2012), ao explorar expressões de “Trabalho Emocional” e “Capitalismo Emocional”, apontando que sociedades ditas civilizadas não só produzem bens ou serviços, mas também emoções e formas de relacionamento. Nessa perspectiva, a afetividade se confunde com técnica e mercado, apontando que consumimos emoções e nossas emoções são consumidas (Molinier & Paperman, 2020). Seus estudos aproximam cuidado, trabalho e emoções (Nadasen, 2017), trazendo reflexões sobre como o trabalho remunerado de cuidado pode viabilizar laços genuínos de afeto entre quem cuida e quem recebe o cuidado (Hochschild, 2002) e, ainda, como o trabalho emocional pode ser entendido como a frequente produção, avaliação e gestão de sentimentos e emoções, almejando realizar determinado trabalho em troca de remuneração (Soares, 2012; Nadasen, 2021).

Antes de nos debruçarmos sobre o cuidado enquanto uma atividade remunerada e atrelada ao mercado, o que é basal para o desenrolar deste estudo, precisamos discutir sobre o cuidado enquanto uma atividade que é atravessada em termos de gênero (feminino) e de espaço (na privacidade dos lares), eventualmente alheia à remuneração (Tronto, 1997).

2.3 Cuidado e Trabalho Reprodutivo

O cuidado e as demais atividades domésticas (limpar e cozinhar, por exemplo) foram historicamente concebidas enquanto atividades atreladas ao âmbito familiar, realizadas por mulheres e de forma gratuita. Essa estrutura doméstica e de cuidados perdurou por séculos e ainda resiste em dias atuais, baseando-se, principalmente, na dedicação exclusiva das mulheres a este trabalho gratuito, em aspectos geracionais e de reciprocidade – ou seja, um papel social passado de mãe para filha (Araújo, 2019; Precarias a la Deriva, 2004).

⁴ A flexão empregada na palavra relaciona-se com o gênero das pessoas que são, primordialmente, acionadas pelo cuidado ao outro, como será discutido posteriormente.

As atividades gratuitas realizadas por mulheres dentro dos lares, em uma leitura marxiana mais tradicional, podem ser definidas como trabalho reprodutivo: uma gama de atividades que proporcionam a manutenção da vida e das pessoas (Araújo, 2019), de vital importância para toda a sociedade (Carrasco et al., 2011) e realizadas em um “montante desproporcional” por mulheres (Tronto, 1997), mas sem somar, diretamente, “mais valia”. Já leituras mais críticas do campo, como a de Silvia Federici (2019), apesar da consonância paradigmática, apontam que o trabalho realizado por mulheres dentro dos lares – seus ou de outrem, como será discutido posteriormente – é o que garante que o mundo se mantenha em movimento.

Hirata e Kergoat (2007) apontam que há uma concepção instaurada historicamente de trabalhos que são femininos e trabalhos que são masculinos. Essa separação, denominada Divisão Sexual do Trabalho, pressupõe que homens trabalhem na produção e mulheres na reprodução; ao mesmo tempo, prevê uma valoração atrelada aos tipos de trabalho, sendo o trabalho produtivo carregado de maior prestígio e valor social e o reprodutivo, por sua vez, persistentemente desvalorizado e invisibilizado enquanto “trabalho de mulher” (Lutz, 2011).

Nos últimos 50 anos (Carrasco et al., 2011) o trabalho reprodutivo vem participando da agenda feminista, por meio de estudos, debates e tensionamentos que almejam a sua valorização, des-generificação (Guimarães & Hirata, 2020a) e ‘libertação’ ao mercado de trabalho produtivo. Nos anos de 1980, entretanto, os debates sobre o trabalho reprodutivo, carregados na oposição ao trabalho produtivo, proporcionavam análises ambivalentes (Debert & Pulhez, 2019): se por um lado se buscava a valorização do trabalho desempenhado no âmbito doméstico, compreendia-se que essas atividades como “parte do enclausuramento doméstico” e “marca central da opressão da mulher” (p. 18), desse modo, seria imprescindível a entrada destas no mercado de trabalho – remunerado, produtivo e valorizado.

A partir daí, compreende-se a expansão da participação feminina no mercado de trabalho formal, inclusive compreendendo áreas de atuação de alta qualificação e que eram vistas, historicamente, como masculinas (Georges, 2019). Conforme Hochschild (2002) analisa, esse movimento implica que mulheres vêm construindo carreiras delineadas conforme o “velho modelo masculino” (p. 67). Entretanto, esse fenômeno carrega consigo inúmeras ambivalências: a entrada *algumas* de mulheres em profissões de alta qualificação implica na tributação do trabalho reprodutivo para *outras* mulheres (Georges, 2019).

Hirata e Kergoat (2007) elucidam que este fenômeno atua por duas vias distintas: ao passo que há um maior contingente de mulheres em cargos executivos e mais valorizados,

proporcionando maior capital econômico, cultural e social para *algumas mulheres*, há uma crescente precarização e flexibilização do trabalho para *outras mulheres*. Este fato, segundo as autoras, proporciona que mulheres externalizem seu trabalho reprodutivo para outras mulheres, perpetuando o afastamento dos homens dessa equação e de um almejado modelo de conciliação entre os sexos no campo do cuidado, ou demais afazeres domésticos. As mulheres que passam a exercer o trabalho reprodutivo de outras são, segundo as autoras, em sua maioria, imigrantes (principalmente em países com alto índice de desenvolvimento ou do norte global) e/ou oriundas de camadas mais pobres - que no caso das sociedades latino-americanas inclui importante marcador étnico-racial. Dessa forma, há uma clivagem entre os interesses da parcela de mulheres que saíram do lar e daquelas que adentraram os lares das primeiras, havendo a existência de interesses antagônicos e de uma relação de classe, em uma chamada "Nova Divisão Sexual do Trabalho" (Hirata & Kergoat, 2007).

Ademais a marcação de classe frisada pelas autoras, compreende-se que outros marcadores sociais se acoplam a esta clivagem intragênero, como raça e escolarização, diferenciando quem delega e quem passa a executar o trabalho reprodutivo. Dessa forma, o trabalho reprodutivo não passa, necessariamente, a ser valorizado, mas é transferido para grupos específicos de mulheres (Pineda-Duque, 2014), sob baixa remuneração e escasso reconhecimento (Teixeira, Carrieri & Souza, 2020).

2.4 Uma nova crise? A ‘Crise’ do Cuidado

A literatura internacional chama a atenção para um fenômeno que está intimamente ligado ao crescente envelhecimento da população, à maior participação das mulheres no mercado de trabalho, à ausência de políticas públicas e à consequente não-revisão da divisão sexual do trabalho (Brites, 2013; Georges, 2019; Lopes, 2021). Esse fenômeno é denominado “Crise do Cuidado” e pressupõe a escassez de mulheres disponíveis para dar conta do trabalho reprodutivo (doméstico, de cuidado), aguçando conflitos e tensões no que diz respeito à realização dessas tarefas no contexto de países desenvolvidos (Georges, 2019).

Carrasco e colaboradoras (2011) apontam que, de maneira ampla, a ‘Crise’ do Cuidado pode ser entendida como um complexo processo de reorganização do trabalho reprodutivo, que segue direcionado às mulheres, mas que se torna cada vez mais incapaz de responder às necessidades atuais de cuidado. Essa reorganização se estrutura, por sua vez, de forma cada vez precária e discriminatória, mantendo a lógica das desigualdades sociais tradicionais e, conseqüentemente, agudizando desigualdade *entre* mulheres, principalmente no que diz respeito à classe e raça/etnia.

Nesse contexto, as demandas represadas de cuidado nos países do norte global passam a ser atendidas por mulheres imigrantes, em uma “transnacionalização do cuidado” (Carrasco et al, 2011, p. 57) e “feminilização da imigração” (Lutz, 2011). Esse fenômeno, também é conhecido como “Cadeias Globais de Cuidado”, pressupõe o afastamento de mulheres de suas comunidades e famílias para dar conta das demandas não atendidas – ou parcialmente atendidas – de cuidado e de demais trabalhos domésticos em outros países (Brites, 2013; Lopes, 2021).

Hochschild (2002; 2019) define as cadeias de cuidado como ligações (pessoais e/ou profissionais) entre pessoas em diversos países do mundo, remontando a uma “ecologia invisível do cuidado”, visto que um membro da cadeia depende do outro, em um entrelaçamento de elos, como ela expõe: “uma filha mais velha de uma família pobre em um país de Terceiro Mundo cuida de seus irmãos (o primeiro elo da cadeia), enquanto sua mãe trabalha como babá cuidando das crianças de uma babá migrante num país de Primeiro Mundo (o segundo elo) que, por sua vez, cuida do filho de uma família num país rico (o elo final) (Hochschild, 2019, p. 63).

O exemplo delineado por Hochschild (2019) nos elucida que, nos países de origem, o cuidado e o trabalho doméstico seguem como sendo definidos como “trabalhos de mulheres”, permanecendo em mãos femininas (Lutz, 2011), com filhas, mães, avós ou conhecidas, seja de maneira gratuita ou mediante pagamento – ou “ajudas”, como aprofundam Guimarães e Priscila Vieira (2020) sobre as trocas na vida cotidiana de mulheres em contextos periféricos. As postulações de Hochschild (2002) também se assemelham às reflexões sobre a Nova Divisão do Trabalho, trazidas na seção anterior (Hirata & Kergòat, 2007).

As concepções de ‘Crise’ e de ‘Cadeias Globais’, entretanto, não recolhem uma assunção unânime no meio acadêmico. Concepções enraizadas no Feminismo Negro, como citam Erynn Casanova e Jurema Brites (2019), chamam a atenção para a ausência de uma “novidade” neste fenômeno: historicamente, as demandas de cuidado e de trabalho doméstico de lares de famílias brancas eram supridas por mulheres negras e oriundas de classes populares. Em consonância, Nadasen (2021) nos convoca a refletir sobre as consequências atreladas ao tema:

“The crisis of care is being resolved along hardened class and race lines, with the poor and the wealthy finding different solutions. The poor are increasingly entangled in a punitive state bureaucracy or the low-wage labor market, while the privileged depend on the exploitation of the less privileged for their care needs. The widening class divide and privatization of social reproduction mean that the well-off will indeed survive.” (p. 176)

Essa diversidade de concepções também faz parte do entendimento sobre uma possível ‘Crise’ do Cuidado no contexto da América Latina e, principalmente, do Brasil, tendo em vista que são países pertencentes ao citado “Sul Global” – ou de onde as mulheres estariam se deslocando em uma “fuga de cuidado” (ou “*care drain*”) como cita Hochschild (2019). Há autoras que compreendem que existe uma dificuldade em equacionar a ‘crise’ nos mesmos moldes dos Estados Unidos ou de países europeus (Guimarães & Hirata, 2020a), chamando a atenção para aspectos históricos e os desafios impostos pela realidade local aos estudos de cuidado; há concepções, por sua vez, que apontam que, embora com grandes diferenças de desenvolvimento entre países, é possível convergir em uma concepção de ‘Crise’, principalmente considerando o envelhecimento populacional e a ausência de mão de obra gratuita de mulheres – que no caso dos contextos latino-americanos, elas não estariam presentes apenas no mercado formal e especializado (ou do “modelo masculino”), mas também atuando em postos relacionados ao cuidado ou trabalho doméstico (Hirata, 2020a).

É possível teorizar que no contexto da América do Sul e, em específico, do Brasil, ademais às especificidades de globalização e migração, seria necessário nos atentarmos para um conjunto processos distintos que são simbolizados pela figura da trabalhadora doméstica remunerada (comumente conhecida como ‘empregada doméstica’) reverberando fenômenos que não possuem contornos de contemporaneidade, como a citada ‘Crise’ internacional, pelo contrário, circundam relações históricas de raça, classe, servidão, colonialidade e escravidão (Cordenosi Bonez & Brites, 2020; Furtado, Carvalho & dos Santos, 2020; Georges, 2019). Em consonância, Lopes (2021, p. 29) ressalta que “para mulheres negras, pobres e periféricas, ela [a ‘crise’] é permanente, uma vez que tais mulheres, como regra, sempre tiveram que trabalhar fora de casa e encontrar meios de cuidar de sua casa e seus filhos”.

Independentemente de uma posição de afastamento ou de atribuir caráter de permanência à ‘Crise’, é necessário elucidar que essa terminologia – categoria de análise – apenas tomou forma ao atingir países do norte global ou famílias de classes abastadas (Guimarães & Hirata, 2020a), ocultando seus efeitos para quem ela seria uma conhecida realidade, conforme citado. Sob o mesmo prisma, Nadasen (2021) traz a seguinte reflexão: se os ‘ricos’ (ou países desenvolvidos) encontrarem soluções viáveis, ela continuará sendo considerada uma ‘Crise’ e acumulará o mesmo nível de atenção?

Tendo em vista o exposto, não se objetiva com essa discussão esgotar delineamentos teóricos ou chegar a uma conclusão irrefutável. Conforme Guimarães e Hirata (2020a) é inevitável discutir sobre qual a lugar de uma possível ‘Crise’ de Cuidados na realidade latino-americana, trazendo questionamentos sobre seus reais traços de contemporaneidade e sobre

quais são as suas “portas de saída” (p. 47) ou mesmo de entrada. Para explorar ainda mais essas questões, é necessário discorrer, em específico, sobre o trabalho remunerado de cuidado (*carework*).

2.5 Trabalhos de Cuidado: Demarcação de Fronteiras

O cuidado enquanto um trabalho, ou *carework*, é um objeto de conceituação recente, primeiramente nas agendas dos movimentos feministas e, posteriormente, no âmbito acadêmico (Carrasco et al., 2011). Molinier (2012) conceitua trabalho de cuidado – ou “Trabalho de *care*”, como é traduzido em suas obras – como atividades, especializadas ou não, cuja preocupação com o outro ocupa um lugar central. Ela cita como atividades de cuidado o trabalho de enfermeiras e técnicas em enfermagem (especializadas) e a realização de tarefas domésticas e de cuidado por babás, empregadas ou faxineiras, às quais cita como atividades “menos profissionalizadas” (p. 29); ainda, a autora o define como um trabalho social, onde atores ocupam posições de poder, de tomada de decisão e de formas que versam sobre a sua execução, assumindo papéis distintos e por vezes conflitivos (Molinier, 2012).

O trabalho de cuidado pode ser entendido enquanto um trabalho que é, concomitantemente, técnico, material, emocional e relacional, sendo especialmente atravessado por relações assimétricas de gênero, classe e raça (Soares, 2012; Hirata, 2020b). Além disso, o trabalho de cuidado engloba uma gama de atividades materiais e práticas – ou prescritas – e de relações, buscando dar respostas concretas a necessidades de outras pessoas (Hirata, 2020a). Debert e Pulhez (2019) chamam a atenção para a dimensão emocional do trabalho de cuidado: apesar de ser perpassado por um conhecimento que é técnico, ele demanda um componente emocional que influencia tanto quem cuida quanto quem é cuidado. Decididamente, essas demandas e configurações relacionais fazem com que esses trabalhos não sejam “trabalhos como quaisquer outros”. As emoções atreladas ao trabalho de cuidado, como frisa Soares (2012), não se traduzem apenas como emoções positivas, como alegria e satisfação, mas também sentimentos negativos, como raiva, medo e nojo.

Rhacel Parreñas (2012), por sua vez, cita entendimentos divergentes expostos na literatura sobre trabalhos que podem ser definidos como “de cuidado” ou não. Ao retomar a concepção de Nancy Folbre e Julie Nelson (2000), discute sobre o possível entendimento do cuidado ser um serviço realizado mediante contato pessoal, usualmente face a face – ou o que pode ser denominado um serviço pessoal direto. Dentro dessa perspectiva, segundo a autora, os trabalhos domésticos em geral (lavar, passar, cozinhar, ‘faxinar’) não pertenceriam à “jurisdição do cuidado” (p. 202), pois não incluiria, necessariamente, a interação direta;

assim, o foco do trabalho poderia ser entendido como direcionado a um objeto (ou vários) e não a uma pessoa.

Apesar de compreendermos a importância de analisar o trabalho de cuidado de forma abrangente, como por fim defende Parrenãs (2012): um trabalho que “desenvolve as capacidades humanas daquele que dele se beneficia” (p. 203), em consonância com as formulações de Joan Tronto citadas anteriormente, para o desenvolvimento deste estudo foi necessário estabelecer fronteiras, ainda que porosas – ou simbólicas, como definem Guimarães e Hirata (2020b) – entre o trabalho de cuidado, o trabalho doméstico em geral e o trabalho do campo de enfermagem. Demarcar essas fronteiras é uma escolha teórica e analítica para este estudo, visando demarcar as significações distintas atreladas a estas profissões, suas construções históricas e sociais e, ainda, as lutas por reconhecimento a elas engendradas (Guimarães & Hirata, 2020b).

Para o desenrolar deste estudo, atentamo-nos em específico ao trabalho de cuidado enquanto direcionado a pessoas idosas. Batista e Araújo (2011) definem o trabalho de cuidado a idosos como

“um conjunto de apoios que a cuidadora precisa oferecer à pessoa idosa, no momento do banho, da alimentação, da locomoção, entre outros. Para realizar esses apoios, a cuidadora necessita de esperteza técnica, sobretudo quando tem que cuidar de pessoas com limitações funcionais severas. Essa esperteza, que diz respeito a como lidar com o corpo do outro, inclui outros saberes que permitem o reconhecimento dos cheiros, dos semblantes, das temperaturas, das posturas corporais, dos ritmos respiratórios, das dores que revelam o bem-estar ou mal-estar das pessoas. Mas o trabalho de cuidado é mais do que isso.” (Batista & Araújo, 2011, p. 178).

Guimarães (2020a), em uma retrospectiva sobre o trabalho de cuidado no contexto brasileiro, destaca que a expressão cuidadora é apenas consagrada recentemente, principalmente após a virada do século, passando a adentrar a linguagem cotidiana e substituindo a terminologia “acompanhante”. A autora compreende que essa profissão tem notável crescimento em anos recentes e evidencia que é uma ocupação predominantemente realizada por mulheres. A crescente evidência da profissão – social, midiática, política – também preconizou uma simbiose entre a expressão “cuidadora de idosos” e “cuidadora”, passando a segunda a ser compreendida, usualmente, como um “modo aligeirado de referir” à primeira (Guimarães, 2020a, p. 65).

Seguindo a tendência de ascensão, a ocupação passa, no ano de 2002, a fazer parte do repertório do Estado (Guimarães, 2020a), sendo incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Esse ‘reconhecimento’ preconiza um status de formal de ocupação específica, ainda que sob a ausência de uma regulamentação de profissão formal. A inscrição na CBO também trata de maneira ampla o “cuidar” e o “de quem se cuida”, mas também cabe

destacar que reforça fronteiras entre outras profissões e ocupações. Para Guimarães (2020a), silencia interfaces com os demais trabalhos domésticos e reforça distâncias com os trabalhos da saúde, em especial a enfermagem⁵.

Em atenção ao trabalho doméstico em específico, Anna Bárbara Araújo, Thays Monticelli e Louisa Acciari (2021) destacam que, apesar de aproximações em termos de origem histórica e de dados sociodemográficos com o trabalho de cuidado, estas profissões tomam percursos distintos – e não necessariamente harmoniosos - quanto a lutas por valorização e reconhecimento, assim como sua relação com o Estado e o mercado. Entre as similitudes entre trabalho doméstico e trabalho de cuidado, podemos citar o perfil das trabalhadoras acionadas: Brites (2013) equaciona que o trabalho doméstico é provido primordialmente por mulheres, 93%, e, quanto às trabalhadoras do cuidado, essa porcentagem chega a 97% (Araújo et al., 2021). Outras semelhanças dizem respeito a marcações de classe e raça, envelhecimento da ocupação e informalidade atrelada às profissões também demonstram simetria (Araújo et al., 2021; Brites, 2013; Brites & Picanço, 2014; Guimarães & Hirata, 2020b).

As fronteiras entre as profissões tornam-se mais afastadas com relação a pontos cruciais sobre identidade profissional e reconhecimento. Segundo Guimarães e Hirata (2020b), há um crescente movimento das trabalhadoras do cuidado para se diferenciarem das empregadas domésticas, reforçando a delimitação de fronteiras no âmbito do lar. De maneira semelhante, enquanto sindicatos de trabalhadoras domésticas – já há muito estabelecidos, travando lutas e garantindo direitos (Brites, 2013) – buscam tratar das semelhanças, aproximando as profissões, as associações de cuidadoras, em oposição, reforçam este afastamento (Araújo et al., 2021). Ainda segundo as autoras, esse fenômeno opera por duas vias distintas: por um lado, a demarcação pode implicar no apagamento de uma longa história de lutas e de conquistas em termos legislativos das empregadas domésticas, fixando que o trabalho de limpeza teria menor valor que o de cuidado; por outro lado, para as cuidadoras, a aproximação de fronteiras pode significar um apagamento da identidade profissional, da delimitação de tarefas e um aumento da carga de trabalho (Araújo et al., 2021).

A demarcação profissional inscrita sobre a forma de regulamentação da ocupação de cuidadora esbarrou e ainda esbarra em inúmeros desafios (Debert & Oliveira, 2015). Essa regulação é tema de discussões e debates a níveis legislativos desde o ano de 2006,

⁵ Chama a atenção as complexas demarcações entre esses campos profissionais, esbarrando nos limites de uma profissão que é regulamentada. Para os Conselhos Profissionais de enfermagem, a profissão de cuidadora invadiria as competências privadas pela Lei do Exercício Profissional da Enfermagem (Guimarães, 2020).

encontrando forte resistência de associações, conselhos, sindicatos e agentes legislativos (Guimarães, 2020a). Autoras apontam que o movimento político de cuidadoras tem caráter incipiente, ainda mais se comparado à robustez dos sindicatos de empregadas domésticas, sendo encabeçado por cerca de uma dezena de Associações em algumas regiões do Brasil. Estas Associações carregam como bandeira principal a regulamentação e buscam engajar em sua luta deputados, senadores e especialistas em envelhecimento (Araújo et al., 2021).

Para Debert e Oliveira (2015), a normatização da profissão possui como desafio demarcar um espaço profissional que estabeleça fronteiras a respeito do que lhe é pertinente, não se confundindo com atividades dos demais profissionais em áreas correlatas, e permitindo dignidade e reconhecimento às profissionais do cuidado. No decorrer da tramitação dos projetos e da criação de novos, muitas questões suscitaram discussões e foram consideradas como polêmicas: escolaridade mínima exigida, molde dos cursos de formação que passariam a ser exigidos, atribuições, requisitos, entre tantos outros pontos de divergências.

O mais recente projeto de regulamentação – e de maior visibilidade – tramitou por quase dez anos nos cenários legislativos brasileiros. O projeto recebeu aprovação do Congresso e do Senado no ano de 2018 e, no ano de 2019, foi vetado integralmente pelo então Presidente da República, sob a justificativa que “ofenderia o direito fundamental ao livre exercício profissional”, e este veto foi mantido pelo Congresso, o que, para Guimarães (2020a), pode ser interpretado como uma legitimação da desqualificação⁶ - não surpreendente no campo de precarização institucional que o atual regime político-econômico insere no país.

É inserido nesse campo teórico, político e social de contemporaneidades, disputas, interseções e ‘crises’ que se encontra este estudo. Almeja-se que, com o presente percurso teórico, se produzam discussões, reflexões e visibilidades às narrativas das participantes do estudo, longe de performar em termos de um esgotamento do campo de estudos e de práticas, ou mesmo alcançar respostas definitivas sobre modos de ser/agir. Como colocam Carrasco e colaboradoras (2011): definir o trabalho de cuidado (neste contexto, em específico, a pessoas idosas) não é fácil; é preciso discutir sobre suas distintas dimensões, sobre os conflitos que o atravessam e sobre as desigualdades a ele direcionadas, produzidas e reproduzidas.

⁶ Mais recentemente, em 2020, um novo Projeto de Lei foi promulgado pelo Senador Paulo Paim (PT-RS), o Projeto nº 5178/2020, novamente buscando a regulamentação da profissão. Até o presente momento, o Projeto ainda não obteve tramitações ou foi apreciado em plenário.

3. Reflexões Epistêmico-Metodológicas

O presente estudo baseou-se em um delineamento de pesquisa do tipo qualitativo, buscando explorar, compreender e refletir sobre significados que indivíduos ou coletividades conferem a determinados problemas sociais ou humanos (Creswell, 2010). Essa abordagem se consiste, também, na descrição e interpretação de experiências pessoais e sociais dos participantes engajados na pesquisa ou, em outras palavras, busca dar luz às experiências humanas (Smith, 2008). Para Fernando González Rey (2002), a pesquisa qualitativa possibilita a concepção teórica a respeito de uma realidade que não é homogênea e objetiva, pelo contrário, é subjetiva, histórica, carregada de diferenciações e determinada de inúmeras maneiras.

Em consonância, para a Psicologia Sócio-Histórica, o estudo não se direciona a resultados e à operacionalização de variáveis, mas à compreensão de fenômenos, de comportamentos e de realidades a partir da perspectiva dos indivíduos participantes e, a partir destes, busca construir reflexões engajadas no contexto no qual estão envolvidos. A pesquisa com este enfoque, portanto, vai ao encontro da situação em seu desenrolar e busca olhar para os fenômenos como um todo e em seu acontecer histórico (Freitas, 2002). Essa preocupação metodológica busca romper a lógica positivista de separação entre o sujeito e o objeto, reforçando a complexidade do indivíduo participante do estudo. Essa inquietação é apontada por González Rey, Albertina Martinez e Daniel Goulart (2019), que buscam alcançar a complexidade individual tendo como ponto de partida o estudo da subjetividade. Para os autores, não é possível estudar um “objeto” tão complexo de uma maneira linear e quantificável.

A subjetividade, logo, é formada pelo conjunto de expressões humanas e estas não são formadas por uma sequência de ações isoladas. Um caminho privilegiado para o estudo dessa questão seria o diálogo, pois este é um processo subjetivo no qual os participantes estão engajados. Os processos subjetivos emergentes no diálogo tornam-se inteligíveis através dos significados construídos pelo pesquisador e esses significados, dadas suas sequências não regulares e variáveis, permitem o surgimento de hipóteses e reflexões impossíveis de serem formuladas por meio de coleta de dados objetiva (González Rey et al., 2019).

A metodologia em questão considera a construção de hipóteses teóricas e de interpretações como um processo duplo, que avança pelo uso da palavra, do diálogo e da narratividade. Partindo desse pressuposto, compreendemos a possibilidade de surgimento de produções subjetivas inesperadas, que levam a novos caminhos e contradições (González Rey et al., 2019; Lopes de Oliveira, 2013).

Essa proposta se entrelaça aos estudos dialógicos e à perspectiva de *self* dialógico, concepções que foram consideradas enquanto peças-chave para o desenrolar deste estudo e de suas análises posteriores. A concepção de *self* dialógico, cunhada por Hubert Hermans e seus colaboradores, Harry Kempen e Rens Van Loon (1992), se afasta de concepções tradicionais sobre um *self*, ou si mesmo, centralizado e descorporificado. Nessa perspectiva, a subjetividade é compreendida como multiplicidade de posições internalizadas (Lopes de Oliveira & Guimarães, 2016), construída a partir de vivências e experiências do ‘eu’ (*self*) em sua trajetória e nos diversos espaços que ocupa. (dos Santos & Gomes, 2010). Dessa forma, o *self* dialógico resulta na

“imagem do ser humano como um autor que se co-constrói a si próprio, em articulação dialogante com os outros, a partir de uma conjugação polifônica de diferentes perspectivas sobre o mundo” (d’Alte, Petracchi, Ferreira, Cunha & Salgado, 2007, p. 17).

Nessa construção polifônica, o sentido de si circula entre as múltiplas posições constituídas, possibilitando o diálogo entre as vozes de si e construções narrativas a respeito do “mim”; esse diálogo, entendido como “incessante e multifacetado” (Santos & Gomes, 2010, p. 354) compõe uma noção de *self* que é narrativamente complexo, descentralizado e estruturado (Hermans et al., 1992). O diálogo constante entre as vozes e as múltiplas posições ‘de mim’ assumidas pressupõem, também, constantes conflitos, tensões, negociações e rearranjos de si; nas vivências do cotidiano e nas constantes negociações, o *self* se modifica, as vozes se modificam e seus posicionamentos perante si e os outros se transformam de maneira correlata (D’Alte et al., 2007).

As noções e transformações de sentido de si e do mundo se revelam na forma de histórias, que são contadas, revividas e subjetivamente transformadas (Lopes de Oliveira, 2006). A partir dessa perspectiva, o ato de narrar uma história não somente rearranja a nossa concepção sobre a realidade, mas também molda a percepção sobre quem somos e sobre nossa própria individualidade (Germano & Bessa, 2010). Lopes de Oliveira (2006) aponta que as histórias que uma pessoa conta são, de forma simultânea, uma prática social, pois permitem a exposição de uma experiência subjetiva carregada de crenças, moralidades e ideologias por meio da linguagem, e uma prática auto epistêmica, pois permitem o auto-reconhecimento e a transformação, possibilitando novas significações.

3.1 Procedimentos Metodológicos

As participantes do estudo foram mulheres, cuidadoras profissionais de pessoas idosas, contatadas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul e em sua região metropolitana. O contato com as participantes ocorreu, inicialmente, através de divulgação da pesquisa por

meio de um *flyer* contendo informações básicas sobre a proposta do estudo. Esse *flyer* foi divulgado em redes sociais, redes de contato próximas e em grupos do aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp*. Essa divulgação inicial teve, primordialmente, a função de “semente”, buscando iniciar o contato e a aproximação com as interlocutoras. As participantes também foram acessadas por meio de indicações diretas de outras entrevistadas, ou cadeias de referência, em uma forma de amostragem conhecida como Bola de Neve (Vinuto, 2014, p. 203).

O estudo recebeu aprovação prévia do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mediante CAAE: 32731520.3.0000.5334 e Parecer de número: 4.084.570. A partir do contato inicial mediado pelo aplicativo *WhatsApp*, as participantes foram convidadas a participar da pesquisa e consolidaram seu aceite mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas ocorreram em formato virtual, ou videochamada, primordialmente. Em casos de indisponibilidade de rede de internet, as entrevistas ocorreram por meio de ligação telefônica convencional. O TCLE foi enviado às participantes por meio do aplicativo de mensagens e em formato de imagem, almejando o seu consentimento e guarda do documento. Este também foi lido na íntegra às participantes no início das entrevistas, almejando dirimir quaisquer dúvidas e colher seu consentimento verbal.

Foram realizadas entrevistas abertas ou não-estruturadas – obedecendo a abordagem narrativa e dialógica e considerando que o uso de instrumentos abertos proporciona uma maior expressão do indivíduo e de sua complexidade (Gonzalez Rey, 2002) – tiveram como ponto de partida o relato das participantes a respeito de sua trajetória de vida. O uso de entrevistas abertas e que se distanciem de uma troca de perguntas por respostas é apontado por Freitas (2002) como um meio de possibilitar que o indivíduo se expresse e enuncie o tom de outras vozes que possa carregar consigo, ecoando “a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social” (Freitas, 2002, p. 29).

Baseando-se em estratégia empregada por Germano e Bessa (210), ao início das entrevistas narrou-se o seguinte enunciado e questão disparadora: “Estou pesquisando histórias de vida e de trabalho de mulheres cuidadoras de idosos. Gostaria de conhecê-la melhor e, para isso, peço que você conte a sua história enquanto cuidadora de modo que achar conveniente. Você pode levar o tempo que quiser, começar e terminar onde desejar, contando sua trajetória pessoal e profissional, para que eu possa conhecer um pouco quem você é. Para que você conte sua história livremente, eu vou evitar interrompê-la. Quando você terminar, eu farei algumas perguntas para esclarecer o que não entendi bem. Certo?”. Ao final da

entrevista, as participantes foram convidadas a informar seus dados sociodemográficos, com o objetivo de complementar as narrativas e subsidiar os procedimentos analíticos.

Como estratégia integrada às entrevistas, se fez uso de uma proposta de composição fotográfica. Ao final de cada entrevista inicial, as participantes foram convidadas a criar uma série limitada de fotografias que retratassem a si, a sua vida e ao seu trabalho, mediante uso de *smartphone* próprio. Nesse contexto, o recurso fotográfico operaria como um dispositivo narrativo e integrado às entrevistas, possibilitando evidenciar temas e significações que não se revelam de forma explícita no campo discursivo (Pizzinato, Hamman, Maracci-Cardoso & Cezar, 2016).

Para as participantes que aceitaram participar da proposta de composição fotográfica, foi agendado um novo encontro virtual, buscando que a participante versasse sobre sua série de fotografias. O segundo momento de entrevista ocorreu com cinco do total de oito entrevistadas; ademais o foco nas fotografias, a segunda entrevista também foi palco para continuidade de narrativas iniciadas no primeiro encontro, novas histórias e novas construções de si e de seu entorno e, também, para reflexões acerca dos temas trazidos no primeiro contato.

Além dos encontros virtuais agendados com as participantes, o uso do aplicativo *WhatsApp* proporcionou a continuidade de contatos, trocas e reflexões por meio de mensagens no decorrer do primeiro semestre de 2021, que também fazem parte do corpus de conteúdo deste estudo. As entrevistas ocorreram entre 12 de janeiro de 2021 e 03 de maio de 2021. Ao todo, foram realizadas 13 entrevistas – oito encontros iniciais e cinco encontros tendo como mote a composição fotográfica. As entrevistas tiveram durações singulares, variando entre 32 minutos, ao mínimo, e 2 horas 08 minutos ao máximo. Mediante consentimento das participantes, as entrevistas foram gravadas digitalmente para transcrição posterior.

Buscando garantir o anonimato das participantes e o sigilo das narrativas, respeitando as normativas estabelecidas, foram utilizados nomes fictícios para a construção deste estudo. Esta forma de identificação baseou-se no ordenamento de nomes mais populares no território brasileiro, mediante levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados provenientes do Censo Demográfico de 2010⁷. Dessa forma, optou-se por não fazer uso estrito das recomendações do CEP/CONEP – grafia das participantes em códigos do tipo p1, p2 e assim por diante –, considerando o reiterado desejo das entrevistadas

⁷ Essa listagem pode ser acessada em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/ranking>

por protagonismo e a intenção de manter fluxos narrativos das histórias compartilhadas, trazendo maior pessoalidade e diálogo às narrativas.

Ainda considerando os preceitos de respeito ao anonimato e sigilo, optou-se pela não-inclusão das fotografias produzidas e enviadas pelas participantes no decorrer da pesquisa. Essa escolha, por mais que tenha sido penosa e, eventualmente, prejudicial, buscou cumprir com as orientações e regulamentações éticas, em conformidade ao aprovado quando do projeto de pesquisa e ao apresentado às participantes e por elas consentido no TCLE.

3.2 Participantes do Estudo

As interlocutoras de pesquisa foram mulheres que atuavam como cuidadoras remuneradas de pessoas idosas há no mínimo seis meses. Almejando a variabilidade de experiências e vivências, alcançar participantes com distintas marcações em termos de idade, tempo de experiência, contrato de trabalho, cursos de qualificação, escolaridade, entre outros, buscando trazer à tona trajetórias que poderiam ter sido atravessadas por diferentes marcadores históricos, sociais e culturais.

As participantes possuíam entre 28 e 57 anos, com média de idade de 42 anos. Com relação ao tempo de experiência, possuíam entre um e dez anos de atuação na profissão, com média de atuação de três anos e meio. O grau de formação das participantes foi abrangente, alcançando profissionais que possuíam do nível fundamental incompleto ao superior completo. Com relação ao curso profissionalizante de cuidadora de pessoas idosas, um total de cinco participantes já haviam concluído a sua formação.

Com relação à cor ou raça, as participantes se identificaram majoritariamente enquanto pretas ou pardas (cinco participantes) ou brancas (três participantes) – o que indica uma inversão na distribuição racial em comparativo com a população total do Rio Grande do Sul. Conforme indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 82,3% da população se autodeclara enquanto brancos e 17,3% enquanto pretos ou pardos (2008). O local de atuação das participantes situava-se majoritariamente na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com exceção de duas participantes, Antônia e Sandra: apesar de terem sua origem na região, atuavam como cuidadoras sob regime mensalista-residente em cidade do litoral gaúcho e do sul do estado de Santa Catarina, respectivamente.

O contrato de trabalho das participantes ocorria, majoritariamente, de maneira informal – acordo verbal –, com exigência, para metade das participantes, de contratação via Microempreendedor Individual (MEI). A literatura aponta que este tipo de contratação é emergente e vem se ampliando como regra para contratação de cuidadoras e empregadas

domésticas diaristas (Araújo et al., 2021). O contrato via MEI pressupõe a contratação de um serviço e não de um trabalho, então o empregador se isenta de direitos trabalhistas como férias ou décimo-terceiro salário; as cuidadoras contratadas via MEI atuam enquanto pessoa jurídica – microempresárias ou trabalhadoras por conta própria. Para as trabalhadoras, o MEI garante direitos como aposentadoria e auxílio-doença, ou seja, é contado como tempo de trabalho, mediante o pagamento de uma taxa mensal⁸. Indo ao encontro dessa concepção emergente, apenas uma participante declarou ter um registro formal de contratação.

Apenas duas participantes declararam filhos menores de 18 anos, o restante das participantes declarou não ter filhos ou apenas filhos em idade adulta. Abaixo, uma tabela resumo com as principais informações sociodemográficas das participantes:

Participante	Idade	Cor/Raça	Escolaridade	Curso	Experiência em meses	Filhos	Contrato de Trabalho
Adriana	43	Preta	Fundamental Completo	Sim	18	Sim	MEI
Aline	40	Preta	Médio Completo	Sim	120	Não	MEI
Antônia	57	Branca	Médio Completo	Não	12	Sim	Informal
Fernanda	28	Preta	Médio Completo	Sim	12	Não	Informal
Francisca	54	Parda	Superior Completo	Sim	60	Sim	Informal ou MEI
Juliana	28	Branca	Fundamental Incompleto	Não	72	Não	Informal ou MEI
Márcia	45	Branca	Técnico Completo	Sim	36	Sim	Informal
Sandra	42	Parda	Fundamental Completo	Não	15	Sim	CTPS

3.3 Procedimentos de Análise

A apreciação e análise do material de pesquisa não se restringiu à análise objetiva de dados e perseguiu elementos do contexto e da história das mulheres entrevistadas, buscando múltiplos significados que se articulam, se embatem, se repetem e se transformam (Germano & Bessa, 2010).

A análise do material empírico – que englobou as transcrições das entrevistas e as mensagens e relatos trocados por meio do aplicativo *WhatsApp* – foi realizada sob o

⁸ Maiores informações podem ser acessadas em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

paradigma interpretativo da Análise Crítica do Discurso (ACD), considerando crescente tendência das Ciências Sociais e Humanas de se ater aos discursos e seus ecos em nossa sociedade e considerando a abordagem enquanto uma teoria que funciona como uma lente para compreender a realidade (Santander, 2011).

Dentre os preceitos de sua utilização, podemos destacar que a ACD se enfoca em estudar questões sociais e políticas, ademais uma análise pura de estruturas discursivas⁹; possui uma abordagem crítica de análises sob problemáticas sociais; faz uso de abordagem multidisciplinar; busca discorrer sobre como as estruturas discursivas representam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações pré-estabelecidas de poder ou dominação na sociedade (Van-Dijk, 2016).

A ACD, portanto, pode ser entendida como uma ponte entre o *micro*, discurso, narração, comunicação, e *macro*, desigualdades ou disparidades institucionais, estruturais ou organizacionais, por exemplo (Van-Dijk, 2016). Dessa forma, compreende-se que os discursos e narrações das participantes (*micro*) são/estão compreendidos em discursos social e culturalmente construídos (*macro*), que atravessam e são atravessados pela produção, reprodução e eventual transformação de relações sociais desiguais (Ibarra & del Solar, 2018).

Ainda, nessa perspectiva, pressupõe-se a impossibilidade de produção de conhecimentos ou de uma ciência que seja ‘livre de valores’, ou, como coloca Van-Dijk (1999):

“La elaboración de teoría, la descripción y la explicación, también en el análisis del discurso, están «situadas» sociopolíticamente, tanto si nos gusta como si no. La reflexión sobre su papel en la sociedad y en la vida política se convierte así en constituyente esencial de la empresa analítica del discurso” (p. 23).

De maneira semelhante, Jurema Brites (2013) traz a seguinte asserção a respeito de seus estudos sobre trabalho doméstico remunerado e empregadas domésticas: nesse campo de estudos¹⁰, nos deparamos com intersecções de desigualdades em vários níveis e graus, que nos convocam a adotar posturas de engajamento ou, ao menos, indignação com injustiças ou opressões ali reproduzidas. As concepções citadas de Van-Dijk (1999) e Brites (2013), portanto, são peças basais para o desenvolver do presente estudo.

O curso da pesquisa e, conseqüentemente, da análise do material dela advindo basearam-se na pergunta norteadora do projeto de pesquisa: “Quais as trajetórias pessoais e ocupacionais de mulheres cuidadoras de idosos e como elas interpretam seus fazeres e trajetórias?”. Na perspectiva da ACD, a questão norteadora é um passo importante para

⁹ Em paralelo à discussão anterior levantada sobre subjetividade e sentido de si: encontram-se vinculados a um tempo, espaço e contexto social.

¹⁰ Que em muito se aproxima e se mescla aos estudos sobre o trabalho remunerado de cuidado, como veremos adiante.

orientar a investigação e, mediante o decorrer do curso analítico, gerar novos conhecimentos (Santander, 2011).

Partindo da questão norteadora, os procedimentos empíricos ou trabalhos de campo, avançaram mediante um “procedimento emergente” (Santander, 2011, p. 213), pois

“a medida que se avanza en la investigación la teoría va emergiendo, por ejemplo, en forma de categorías de análisis nuevas, o nos vemos en la necesidad de acudir a categorías conceptuales no previstas para interpretar el corpus y volver a éste con mayor seguridad.”

As categorias de análise que formam a presente dissertação, portanto, se inscrevem enquanto categorias emergentes, que se manifestaram tanto no decorrer das entrevistas e das trocas de mensagens com as interlocutoras, mas também através de aproximação com a literatura multidisciplinar das temáticas de pesquisa. Como define Santander (2011): é a partir dessas confrontações que analisamos e conceituamos os conhecimentos obtidos. A interpretação dos conteúdos da pesquisa – ou discursos – incorporou, concomitantemente, elementos do contexto social, institucional e cultural (Ibarra & del Solar, 2018), nos quais as participantes, pesquisadora e pesquisa se deparavam.

As categorias de análise que norteiam esta pesquisa, portanto, dizem respeito: a) trajetórias e identidades de cuidadoras de pessoas idosas – construções, negociações e ressignificações de si, de suas famílias e de seu meio social; b) sentidos, precarizações e reconhecimentos na profissão-cuidadora; c) construção, concepção e reconhecimento formal da profissão; d) permeabilidade de fronteiras entre família, profissões do lar e da saúde; e) o trabalho remunerado de cuidado em um contexto de crise de saúde global. Tais recursos analíticos foram empenhados e divididos para a construção de dois artigos distintos e de um epílogo, que serão apresentados a seguir.

3.4 Introdução das Participantes

As participantes do estudo, conforme explorado na Metodologia, foram mulheres, cuidadoras profissionais de pessoas idosas e oriundas da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e de sua região metropolitana. Para fins de garantia de sigilo, os nomes utilizados no estudo são ficcionais e basearam-se na listagem de nomes mais populares do Brasil.

Adriana

Adriana possui 43 anos e se autodeclara preta. Trabalha como cuidadora pelo que considera pouco tempo: cerca de um ano e meio. Antes de se identificar enquanto cuidadora, trabalhava como cabeleireira em seu domicílio. Este ofício, aprendeu com a sua mãe: quando era criança, conta que odiava os longos períodos que precisava passar no salão, acompanhando as atividades da mãe no local. Adriana é casada e tem dois filhos, 17 e 4 anos,

e, após o nascimento de seu primogênito, tomou uma decisão: desejava que seu filho fosse cuidado e criado por ela e não por outra(s) pessoa(s), por isso, atenderia suas clientes em casa. Entretanto, por conta de dificuldades financeiras e da perda de emprego do esposo, não conseguiu manter-se enquanto cabeleireira e, da mesma forma, precisou renunciar ao seu desejo de manter-se em casa em tempo integral.

Sua trajetória como cuidadora iniciou-se, portanto, neste período turbulento para a família, no ano de 2019. Uma irmã sua já era cuidadora de idosos e outra técnica em enfermagem, o que a aproximava desses fazeres. Conta que foi influenciada por elas a realizar um curso de formação para cuidadoras. Elas diziam que Adriana “levava jeito para a coisa”. Esse “jeito” desenvolveu-se antes, em sua trajetória com o cuidado: Adriana cuidou de seu avô, com quem residia na juventude. Assim como as irmãs, o avô dela também percebia que ela tinha “o dom, a paciência” para trabalhar com idosos. Para o avô, ela deveria fazer um curso técnico em enfermagem – ou equivalente na época -, mas Adriana acreditava que seria muito complicado, difícil e fora do seu alcance.

Adriana trabalha com um paciente particular e realiza *por fora* bicos em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)¹¹, aos finais de semana. É com este paciente e com a família deste que Adriana passa boa parte de sua semana: trabalha 10 horas diárias, de segunda a sexta-feira. É cuidadora do idoso há pouco mais de um ano e iniciou cuidando-o em uma internação hospitalar, de onde saiu com inúmeras debilitações. Agora, Adriana reconhece a melhora no idoso e, principalmente, reconhece isto como fruto de seu trabalho. A família do idoso que ali reside – esposa, também idosa, e dois filhos, um deles idoso – também são capazes de reconhecer o trabalho de Adriana: no início, era tida como uma pessoa não grata na casa da família, que é avessa a despesas supérfluas – “onde já se viu gastar com alguém para cuidar”, ela nos conta. Hoje, é vista como peça fundamental para a organização e funcionamento familiar.

Esse papel conquistado e as conseqüentes responsabilidades subjetivas advindas, porém, não são inteiramente aceitas por Adriana. Percebe-se em uma posição que ultrapassa a sua função de cuidadora, precisando atuar como conselheira, mediadora, conciliadora e, muitas vezes, como intérprete: o idoso é “muito conversador”, porém possui um grau elevado de surdez e não utiliza aparelho auditivo, dessa forma, Adriana precisa escrever tudo aquilo

¹¹ As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) são instituições vinculadas ou não ao governo, possuindo caráter residencial e coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. As ILPIs possuem modos de organização, recursos, configurações, capacidade e públicos muito distintos entre si.

que é falado. Ela conta que, *pelo menos*, a família compreendeu que ela *não é doméstica* e as demandas de serviços da casa ocorrem *por sugestão* e não por imposição.

Em seus primeiros meses, ao se perceber envolvida de forma exacerbada nas demandas e conflitos familiares, percebeu-se adoecida, com sintomas físicos e psíquicos. Para não “sair correndo”, como ela conta, passou a adotar uma postura imparcial, se desinvestindo daqueles demais papéis que a ela foram atrelados. Conta que “prefere ter paz do que ter razão”, por mais que, muitas vezes, isso seja muito difícil. Conversamos em duas oportunidades distintas e, em seus relatos, foi possível perceber as dificuldades encontradas por Adriana para manter sua imparcialidade, assim como do que abre mão para atingir esse ideal, escondendo, ainda que parcialmente, suas opiniões e jeitos de ser.

Antônia

Antônia, 57 anos e branca, conta que nunca se imaginou como cuidadora. Diz ter trabalhado por anos a fio como motorista, prestando serviços para a Prefeitura de Porto Alegre/RS. Quando conversamos, vinha atuando como cuidadora domiciliar de um idoso há cerca de um ano. Apesar de pensar que iria ficar o restante da vida atrás do volante, conta que a oportunidade surgiu inesperadamente em sua vida e não pensou duas vezes antes de aceitá-la.

Trabalha como cuidadora no litoral gaúcho e, no acordo realizado com a família do idoso, não estão previstos turnos de trabalho ou folgas fixas: Antônia permanece integralmente com o idoso e possui folga, em média, a cada 15 dias. Conta que, caso precise, pode pedir para um familiar do idoso assumir seu lugar por algumas horas, para que possa sair para resolver demandas ou imprevistos. Para trabalhar no litoral, entregou seu apartamento alugado e vendeu seus móveis. Agora, seu endereço é o local de trabalho. Conta que “nunca foi de se apegar” às coisas e que, se for necessário, comprará tudo novamente.

Antônia não possui curso de cuidadora de idosos e, como descrito anteriormente, nunca se imaginou nesta profissão. Conta que, por conta de sua rotina de trabalho como motorista, não “cuidava nem de seu pai”, que possui 94 anos e reside com sua irmã. Apesar disso, crê ter se adaptado à nova rotina de trabalho, que vê como muito mais tranquila do que a no trânsito. Antônia acompanha o idoso nas atividades diárias e, além disso, realiza o trabalho doméstico de forma geral. Diz ter descoberto o gosto pela jardinagem desde então.

Ao iniciar o trabalho de cuidadora, Antônia conta ter planejado ficar por um ano no local, tempo suficiente para fazer uma poupança. Entretanto, em nossa conversa, relatou ter se identificado com o ofício de cuidadora, desejando ali permanecer por mais tempo e “enquanto

for possível”. Sua família, conforme o relato, adaptou-se à nova rotina: ela visita eventualmente suas filhas e demais familiares, mas “nunca foi de esquentar banco”. Sua família realiza visitas ao seu local de trabalho, convidadas pelo idoso que Antônia cuida, e chegam a permanecer no local por alguns dias.

Sandra

Sandra possui 42 anos, se autodeclara parda e trabalha como cuidadora de idosos há pouco menos de dois anos. Antes de trabalhar com cuidado, atuava como cozinheira. Conta que foi convidada por amigas cuidadoras a “pegar um plantão” em um hospital. Na época, jamais imaginou que ia se adaptar: se via como muito sentimental e “nojenta” para muitas coisas. Conta que, em seus primeiros dias no hospital, não conseguia nem mesmo fazer suas refeições ali por conta do ambiente.

Após ter realizado alguns plantões, passou a trabalhar na casa de uma família, primeiro cuidando brevemente da filha pós-internação e, posteriormente, cuidando do pai. Sandra permanecia na casa da família integralmente, com folgas aos finais de semana. Não possuía um turno fixo de trabalho, estando sempre à disposição no decorrer da semana. Além de cuidar do idoso, Sandra realizava todas as tarefas domésticas – ela era, inclusive, responsável pelas cabeças de gado que os idosos possuíam. Diz não se importar de realizar tais demandas da casa, pois realmente não gosta de ficar parada.

Sandra permaneceu por cerca de um ano como cuidadora do idoso, até o seu falecimento. Ela quem o reanimou, em casa, após uma parada cardíaca e o acompanhou até o hospital. Ao voltar, foi de sua responsabilidade contar e explicar o ocorrido para o restante da família, acolhendo o sofrimento deles. Conta jamais ter imaginado passar por uma situação como aquela na vida e diz não entender de onde “tirou forças” para dar conta do que era exigido dela naquela situação.

Apesar de não ter formação como cuidadora, Sandra, em sua trajetória, realizou diversos cursos que lhe vem sendo úteis na profissão atual: primeiros socorros, brigadista, entre outros. Além disso, conta que procura sempre se atualizar e buscar informações sobre envelhecimento, adoecimento e cuidado, almejando fornecer orientações corretas e verídicas para idosos e famílias.

Após o falecimento do idoso de quem cuidava, Sandra foi indicada para trabalhar com uma idosa que reside sozinha, dividindo sua rotina com outra cuidadora profissional. Sandra pode ser entendida como a “cuidadora principal”, por ser quem passa mais tempo exercendo os cuidados: assim como em seu trabalho anterior, passa a semana na casa da idosa,

retornando para sua casa aos finais de semana. Se necessário, fica algumas horas ou dias a mais, ou até retorna antes. Conta ter demorado para se acostumar com essa modalidade de trabalho, por sentir falta de sua casa, de suas coisas, de sua rotina. Mas, agora, compreende estar adaptada, sentindo, inclusive, saudades da idosa aos finais de semana, porque, como relata, é “como se fosse da família”. Ela possui um filho “que já é grande” e independente.

Como a idosa reside sozinha, Sandra media o contato com a família pelo telefone ou *WhatsApp*, assim como as visitas. Orgulha-se em dizer que a família não precisa nem avisar quando irá, pois não tem nada a esconder. Ela segue responsável pelos cuidados com a casa, além do cuidado com a idosa. Hoje, Sandra diz não se enxergar em outra profissão além de cuidadora, conta que as cuidadoras acabam “pegando amor” pelos idosos que cuidam e que, por isso, cada vez mais deseja fazer um trabalho bem-feito.

Francisca

Francisca possui 53 anos e se declara parda. Natural de Brasília, Distrito Federal. Conta que já teve muitas profissões, sempre gostou de diversificar e de se apaixonar por áreas diferentes. Sempre gostou muito de trabalhar com pessoas e foi professora por muitos anos. Há cerca de três anos, mudou-se para Porto Alegre, após tentativas frustradas de se colocar no mercado de trabalho da cidade como professora, foi convidada por uma amiga para fazer um curso sobre envelhecimento e cuidado de idosos. O curso, ofertado por uma agência de cuidadores, foi a porta de entrada de Francisca na profissão. A partir dele, realizou um curso profissionalizante de cuidadora de idosos e passou a trabalhar para aquela agência, em plantões diversos.

Francisca possui familiares (pais) em idade avançada e os acompanha, eventualmente, em consultas e demandas específicas. Possui uma filha adulta, que segue residindo na cidade de Brasília. Quando iniciamos nosso contato, Francisca estava trabalhando com duas pacientes fixas, em suas respectivas residências, intercalando a jornada de trabalho por meio de plantões. Conta que, antes da pandemia de COVID-19, realizava diversos plantões em hospitais que complementavam a sua renda. No contexto pandêmico, porém, relata um grande receio de contaminar-se e contaminar seus pacientes, assim como o medo do adoecimento e da morte. Em nosso último contato, porém, Francisca relatou ter sido dispensada de seus plantões fixos, mas seguia buscando uma recolocação breve enquanto cuidadora.

Em suas narrativas, Francisca versava sobre sua paixão pela profissão e seu desejo de aprender cada vez mais. Entretanto, com muito pesar, discorria sobre a invisibilidade com que ela e outras colegas enfrentam como cuidadoras. Francisca conta que, em sua trajetória como

cuidadora, busca integrar saberes e práticas das outras profissões que desempenhou, principalmente como professora. Conta que, assim como convencia seus alunos a desempenhar determinadas tarefas, aplica a conversa, o “jeitinho” com os idosos – e acredita que funciona muito bem.

Aline

Aline possui 40 anos, se declara preta e trabalha como cuidadora desde os seus 30 anos. Sua trajetória como cuidadora iniciou de maneira informal, “na parceria”, como conta. Cuidava de amigos e familiares quando passavam por alguma internação hospitalar e, dentro do hospital, passou a se interessar pela função enquanto profissão, acompanhando de perto o trabalho de técnicas de enfermagem e demais profissionais da saúde. Foi uma situação específica que presenciou – um ‘banho de leito’ de uma técnica em enfermagem, que utilizou da mesma água para todos os pacientes em um andar de internação hospitalar – a marcou ao ponto de decidir tornar-se cuidadora. Após essa vivência, diz ter decidido se especializar na área para fazer diferente e fazer bem-feito.

A diferença entre a cuidadora “parceira” e a cuidadora profissional? Aline conta que, quando tomou o cuidado enquanto trabalho, viu a necessidade de aprender e estudar cada vez mais. Compara o trabalho com idosos com o trabalho de operar uma máquina: é necessário que tenha conhecimento técnico para conhecer e operar de maneira adequada o seu “objeto” de trabalho. Antes de se definir como cuidadora, trabalhava como cabeleireira – profissão que aprendeu com sua mãe e que segue desempenhando eventualmente.

Aline divide sua rotina de trabalho entre plantões fixos e eventuais. Trabalha como folguista aos finais de semana em uma ILPI em uma área periférica da região metropolitana de Porto Alegre; durante a semana, trabalha no turno da noite com um paciente particular, na casa deste e de sua família; ainda, realiza eventuais plantões em hospitais, conforme demanda. E também “faz uns cabelos” quando necessário. Vê sua rotina como “uma loucura”, mas conta que é preciso “se virar”.

Conta ter conseguido construir uma reputação no meio e, atualmente, trabalha apenas sob indicação. Por conta disso, consegue expor de antemão como realiza o seu trabalho e, principalmente, o que não está incluso nele. Durante a pandemia de COVID-19, conta ter trabalhado como nunca, principalmente em hospitais. Percebeu que os familiares possuíam medo de adentrar o ambiente hospitalar e se contaminar com o vírus, acabando por contratar pessoas para suprir essa necessidade. Já Aline, pensa que o hospital sempre foi um ambiente

de contaminação e contágio, e por isso os cuidados são redobrados: “é mais fácil se cuidar lá dentro do que aqui fora”.

Márcia

Márcia possui 45 anos, se declara branca, e, apesar de atuar como cuidadora há três anos, já exerceu diversas ocupações em sua trajetória de vida e, desde criança, imaginava a si trabalhando em um hospital, “vestindo branco”. Conta também que uma vizinha a aconselhava a trabalhar em profissões da saúde, já que era comunicativa, empática e gostava de pessoas. A partir disso, Márcia se profissionalizou como atendente de nutrição e, posteriormente, como técnica em nutrição. Trabalhou em diversos hospitais, coordenou equipes e, conta com pesar, não ter se identificado com essas tarefas.

Para ela, o trabalho como técnica de nutrição (sua última formação) a afastava do convívio diário com os pacientes e lhe colocava em postos de gestão de equipes e escala, algo que não suportava realizar. O trabalho como técnica de nutrição estava a adoecendo. Então, examinou aquilo que mais gostava de fazer dentro do hospital: o convívio diário com pacientes, principalmente aqueles com idade avançada. A partir daí, realizou um curso profissionalizante para trabalhar como cuidadora.

A sua vivência com cuidados a idosos, entretanto, não começou neste momento. Márcia conta que, quando adolescente, era a responsável por cuidar de sua avó, com quem vivia. Sua avó, muito doentia, exigia cuidados constantes e acompanhamento em internações. Márcia arrepende-se de sua imaturidade e rebeldia ao cuidar da avó, acreditando que não cuidou tão bem dela quanto deveria. Hoje, diz ver a sua avó em seus pacientes, como inspiração e, também, como uma cobrança: a necessidade de reparar seus erros do passado, cuidando como não cuidou antes.

Márcia reside com sua filha de 11 anos em um bairro nos limites da cidade de Porto Alegre. Mudou-se para o bairro há pouco tempo, após a conquista de uma moradia popular no local. Sem familiares na cidade, está, aos poucos, construindo sua rede de apoio comunitária. Por isso, acaba por enfrentar um dilema ao conseguir seus plantões como cuidadora: quem vai ficar com sua filha? Com a pandemia de Covid-19, mais alguns dilemas adentraram a sua rotina: o medo de contaminação e a diminuição do valor ofertado para os plantões. Assim, passou a complementar sua renda com faxinas eventuais e evitando ao máximo plantões no hospital, justamente onde sempre se imaginou atuando. Agora, acredita que não está conseguindo *escolher* ser *só* cuidadora, como antes. Márcia é cuidadora fixa de um idoso, aos

finais de semana. Trabalha com plantões de 24 horas, intercalados com outras cuidadoras – ao total, quatro colegas.

Fernanda

Fernanda trabalha como cuidadora de idosos há cerca de um ano. Possui 28 anos, se declara preta e se define como parte de uma família grande e humilde, que viveu sua vida toda em um bairro do extremo sul da capital gaúcha. Trabalha desde os 15 anos, sempre buscando auxiliar nas despesas da casa. Inclusive, precisou interromper seus estudos para dar conta do trabalho quando mais jovem. Ainda criança, sonhava em ser enfermeira ou médica.

Aos 25 anos, buscou retomar seus estudos, temendo que “a vida estivesse passando”. Concluiu seu ensino médio e buscou um curso técnico na área da saúde, de preferência técnico em enfermagem – infelizmente, não encontrou nenhuma oportunidade que se encaixasse em sua renda naquele momento. Achando que a formação seria algo impossível de alcançar, pensou em desistir, mas foi apoiada pela família: ajudariam Fernanda a pagar um curso profissionalizante de cuidadora de idosos.

Ao finalizar sua formação como cuidadora, sua trajetória foi imediatamente atravessada pelo desvelar da pandemia de COVID-19. Conta não saber como é ser cuidadora fora da pandemia, e vem buscando se colocar em contratos fixos. Quando conversamos, Fernanda estava trabalhando como *extra* em uma ILPI, cobrindo folgas aos finais de semana. Naquela mesma semana, havia sido dispensada da paciente particular que estava cuidando há poucos meses.

Seu objetivo é um contrato formal de trabalho, uma carteira assinada. Porém, tem sido difícil encontrar oportunidades fixas: acaba fazendo plantões em hospitais, majoritariamente. Quando encontra oportunidades além dos muros do hospital, Fernanda percebe dificuldades para que as famílias entendam sua real função enquanto cuidadora. Convive também com o medo da contaminação por COVID-19, engendrando maneiras de proteger a si, à sua família e aos seus pacientes. Conta que, nos últimos meses, precisou *diminuir o seu medo* e fazer o que chama de *escolhas difíceis*, visto que a necessidade de gerar renda era inevitável.

Juliana

Juliana possui 28 anos, se declara branca e é cuidadora de idosos há seis anos. A profissão de cuidadora não estava em seus planos aos 22, mas conta que acabou acontecendo: sua irmã trabalhava como diarista para uma idosa que passou a precisar de cuidados constantes. Ela foi convidada pela irmã e, mesmo *sem saber nada*, aceitou a empreitada.

Conta que aprendeu tudo que sabe com a idosa, acreditando que muitas vezes elas trocavam de papéis: era a idosa quem cuidava – por meio de ensinamentos e conselhos – de Juliana.

Foi lá onde aprendeu a realizar as tarefas domésticas, que também eram de sua responsabilidade. Ela conta: por que a família precisaria contratar outra pessoa se tem a ela? Quando criança, Juliana havia passado por outros trabalhos de cuidado, como babá de crianças. Nessas experiências, relembra não ter conseguido cuidar das crianças, da casa e da escola que ainda frequentava, sendo dispensada em poucos meses depois.

Ela permaneceu cuidando desta idosa até o princípio da pandemia de COVID-19. Os familiares da idosa temiam a contaminação desta pelo vírus e, da mesma forma, Juliana temia que, em seus translados, acabasse contaminando a idosa e a sua própria família. Ela reside com seu pai, sua mãe e seu marido – sua mãe, inclusive, vinha se recuperando de um câncer de mama. Após algumas tentativas de arranjo (permanecer na casa da idosa durante toda a semana ou usar aplicativos de transporte para o traslado, por exemplo), Juliana acabou sendo dispensada do trabalho.

Passou a realizar plantões eventuais, sem contrato fixo. Seus plantões ocorriam em hospitais, principalmente. Em um desses plantões, Juliana e a idosa de quem vinha cuidando se contaminaram com COVID-19. Para evitar espalhar o vírus, permaneceu no hospital por cerca de 20 dias, sem retornar para casa. Posteriormente, por meio de indicações, conseguiu *um fixo* domiciliar: passou a trabalhar com um idoso, em uma equipe de cuidadoras, e agenciada por uma empresa.

Juliana diz acreditar estar *no caminho certo*, conta que adora a sua profissão e que chega a ficar ansiosa para retornar ao trabalho. Percebe ser inevitável criar uma vinculação com o paciente – ou ficar *com chamego*, como ela chama, porque eles viram como se fossem da família. Pensa que, muitas vezes, cabe às cuidadoras ofertar o amor que os idosos não encontram em sua família. Pretende, agora, se especializar na profissão e realizar o curso profissionalizante que percebe lhe faltar, assim conseguindo novas indicações de pacientes e plantões pela agência a qual está vinculada.

8. Referências

- Akotirene, C. (2019) Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen
- Araujo, A. B. (2018). Da ética do cuidado à interseccionalidade: caminhos e desafios para a compreensão do trabalho de cuidado. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, 23(3), 43-69.
- Araujo, A. B. (2019). Gênero, reciprocidade e mercado no cuidado de idosos. *Estudos Feministas*, 27(1), 1-13.
- Araujo, A. B., Monticelli, T., & Acciari, L. (2021). Trabalho doméstico e de cuidado: Um campo de debate. *Tempo Social*, 33, 145-167.
- Batista, A. S., & Araújo, A. B. (2011). Intimidade e mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência. *Sociedade e Estado*, 26, 175-195.
- Batista, A. S., & Bandeira, L. M. (2015). Trabalho de cuidado: um conceito situacional e multidimensional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (18), 59-80
- Brites, J. (2003). Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. *Campos-Revista de Antropologia*, 3, 65-82.
- Brites, J. (2007). Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, (29), 91-109.
- Brites, J. G. (2013). Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de pesquisa*, 43, 422-451.
- Brites, J., & Fonseca, C. (2014). Cuidados profesionales en el espacio doméstico: algunas reflexiones desde Brasil. *Íconos-Revista de Ciencias Sociales*, (50), 163-174.
- Brites, J., & Picanço, F. (2014). O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-americana de estudos do trabalho*, 19(31), 131-158.
- Brito, F. (2008). Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Rev bras estud popul*, 25(1), 5-26.
- Britto da Motta, A. (1992). Emprego doméstico: revendo o novo. *Caderno CRH*, 31-49.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Business.

- Camarano, A. A. & Mello, J. L. (2010) Introdução. In: Camarano, A. A. (org.) *Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: IPEA.
- Camarano, A. A. (2012) Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido? In: Hirata, H. & Guimarães, N. A. (orgs.) *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas.
- Camino, C., Luna, V., & Rique, J. (2013). O conceito de empatia na Psicologia. Em C. S. Hutz e L. K. de Souza (Organizadores), *Estudos em Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade. Uma homenagem a Ângela Biaggio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carrasco, C., Borderías, C., & Torns, T. (2011) Introducción. El trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales. In: Carrasco, C., Borderías, C., & Torns, T. (orgs.) *El trabajo de cuidados: historia, teoría y políticas*. Madrid: Los libros de la Catarata.
- Casanova, E. M. de, & Brites, J. G. (2019). Editorial/Apresentação: Dossiê Trabalho, Cuidado e Emoções. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, 9(3), 709-719.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5, 71-93.
- Collins, P. H. & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.
- Cordenonsi Bonez, M., & Brites, J. (2020). O trabalho de cuidado no sindicato das trabalhadoras domésticas de Pelotas, RS. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, 9(3), 854-875.
- Coutinho, M. C., Maders, T. R., Trindade, C., & Savanhago, L. (2019). “Acho que homem... não é para ele essa profissão”: contrapontos de gênero no trabalho doméstico. *Psicologia Argumento*, 36(91), 1-15.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10, 171- 188.
- Creswell, J. W. (2010) *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Porto Alegre: Artmed.
- d’Alte, I., Petracchi, P., Ferreira, T., Cunha, C., & Salgado, J. (2007). Self dialógico: Um convite a uma abordagem alternativa ao problema da identidade pessoal. *Interações*, 3(6), 8-31.

- de Araújo, C. M., Lopes de Oliveira, M. C. S., & Rossato, M. (2017). O sujeito na pesquisa qualitativa: desafios da investigação dos processos de desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-7.
- Debert, G. (2012) Imigrantes, Estado e família: o cuidado do idoso e suas vicissitudes. In: Hirata, H. & Guimarães, N. A. (orgs.) *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas.
- Debert, G. G., & Oliveira, A. M. (2015). A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (18), 7-41.
- Debert, G. G, Pulhez, M. M. (2019) Desafios do Cuidado: Apresentação. In: Debert, G. G. & Pulhez, M. M. (orgs.) *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. 2ª Edição. Campinas: UNICAMP/IFCH.
- Federici, S. (2019). O ponto zero da revolução. São Paulo: Editora Elefante.
- Fine, M., Tronto, J. (2020) Care goes viral: care theory and research confront the global COVID-19 pandemic, *International Journal of Care and Caring*, 4(3): 301–309.
- Folbre, N. (1995). "Holding hands at midnight": The paradox of caring labor. *Feminist economics*, 1(1), 73-92.
- Folbre, N., & Nelson, J. A. (2000). For love or money--or both? *Journal of Economic Perspectives*, 14(4), 123-140.
- Frank, A. W. (2005). What is dialogical research, and why should we do it? *Qualitative health research*, 15(7), 964-974.
- Freire, S. F. D. C. D., & Branco, A. U. (2016). A teoria do self dialógico em perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32, 25-33.
- Freitas, M. T. D. A. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de pesquisa*, (116), 21-39.
- Furtado, O., Carvalho, M. G., & dos Santos, W. N. (2020). Quase da família: perspectivas interseccionais do emprego doméstico. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 355-369.
- Georges, I., & Santos, Y. G. D. (2014). Olhares cruzados: relações de cuidado, classe e gênero. *Tempo Social*, 26(1), 47-60.
- Georges, I. (2019) O “cuidado” como “quase-conceito”: por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente. In: Debert, G. G. & Pulhez, M. M. (orgs.)

Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência. 2ª Edição. Campinas: UNICAMP/IFCH.

- Germano, I., & Bessa, L. L. (2010). Pesquisas narrativo-dialógicas no contexto de conflito com a lei: considerações sobre uma entrevista com jovem autora de infração. *Revista Subjetividades*, 10(3), 995-1033.
- Gonçalves, R., Nogueira, C. M., Nozabielli, S., & de Moraes, M. L. Q. (2021). Estudos do care em tempos de pandemia do novo coronavírus: entrevista com Helena Hirata. In: Nogueira, C. M., Gonçalves, R. & Nozabielli, S. (orgs.) *Trabalho, Movimentos e Políticas Sociais*, São Paulo: Rosivan.
- Gonzalez Rey, F. (2002) *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Gonzalez Rey, F., Martinez, A. M. & Goulart, D. M. (2019). *Subjectivity within Cultural-Historical Approach*. Singapore: Springer
- Guimarães, N. A. (2020a). A Emergência do Cuidado: nomear, reconhecer, obscurecer. In: Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (orgs.) *O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial.
- Guimarães, N. A. (2020b). O Cuidado e seus Circuitos: significados, relações, retribuições. In: Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (orgs.) *O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial.
- Guimarães, N. A., Hirata, H. S., & Sugita, K. (2011). Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia*, 1(1), 151-180.
- Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (2020a). Pensar o trabalho pela ótica do cuidado, pensar o cuidado pela ótica das suas trabalhadoras. In: Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (orgs.) *O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial.
- Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (2020b). O cuidado e o emprego doméstico: interseccionando desigualdades e fronteiras. In: Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (orgs.) *O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial.
- Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (2020c). O cuidado e as crises. In: Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (orgs.) *O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial.

- Guimarães, N. A. & Vieira, P. P. F. (2020). O Cuidado e as “Ajudas” In: Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (orgs.) *O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial
- Hamann, C., Barcinski, M., & Pizzinato, A. (2018). Regulamentação do trabalho doméstico remunerado: implicações psicossociais para trabalhadoras no Brasil. *Barbarói*, 248-268.
- Hermans, H. J. M. (1996). Voicing the self: from information processing to dialogical interchange. *Psychological Bulletin*, 119(1), 31–50.
- Hermans, H. J. M. (2001). The dialogical self: Toward a theory of personal and cultural positioning. *Culture and Psychology*, 7(3), 243–281.
- Hermans, H. J. M., Kempen, H. J. G., & van Loon, R. (1992). The Dialogical Self: Beyond Individualism and Rationalism. *American Psychologist*, 47(1), 23-33.
- Hirata, H. (2016). O trabalho de cuidado. *Sur: revista internacional de direitos humanos, Sao Paulo*, 13, 53-64.
- Hirata, H. (2020a). Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. *Estudos Avançados*, 34, 25-40.
- Hirata, H. (2020b). O cuidado numa perspectiva comparativa internacional. In: Guimarães, N. A. & Hirata, H. S. (orgs.) *O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007) Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595 – 609.
- Hochschild, A. (2002) *Love and Gold*. In: Hochschild, A.; Ehrenreich, B. (orgs.). *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, Nova York: Metropolitan Press.
- Hochschild, A. (2003) *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Londres: University of California Press
- Hochschild, A. (2012) Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel. In: Hirata, H.; Guimarães, N. A. (orgs) *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas.
- Hochschild, A. (2019). Amor e Ouro. In: Debert, G. G. & Pulhez, M. M. (orgs.) *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. 2ª Edição. Campinas: UNICAMP/IFCH
- Hoffmann-Horochovski, M. T., Bega, M. T. S., Horochovski, R. R., & Schwyzer, I. (2019). O

- cuidado como objeto de pesquisa na produção de conhecimento sobre políticas públicas para o envelhecimento. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, 9(3), 750-778.
- Ibarra, P. C., & Del Solar, A. V. (2018). El problema del cuidado desde la perspectiva de los niños (as): análisis crítico del discurso sobre el cuidado entre padres e hijos (as). *Universitas Psychologica*, 17(3), 1-10.
- Imbrizi, J. M., & Domingues, A. R. (2021, no prelo). Narrativas oníricas e a partilha de experiências (extra) ordinárias. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 25.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008). Síntese de Indicadores Sociais: uma análise da condição de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas*. Rio de Janeiro: IBGE
- Lima, S. C. D. C. (2012). O trabalho do cuidado: uma análise psicodinâmica. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(2), 203-215.
- Lopes, L. C. (2021). A luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico no Brasil: gênero, raça, classe e colonialidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado de:
http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60289/1/2021_dis_lclopes.pdf
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. *Psicologia em estudo*, 11(2), 427-436.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2013). The Bakhtinian self and beyond: towards a dialogical phenomenology of the self. *Culture & Psychology*, 19(2), 259-272.
- Lopes de Oliveira, M. C. S., & Guimarães, D. S. (2016). Apresentação: dossiê psicologia dialógica. *Psicologia USP*, 27(2), 165-167
- Lutz, H. (2011). *The new maids: Transnational women and the care economy*. Londres: Zed Books.
- Manalansan IV, M. F. (2019) Servindo ao mundo: filipinos flexíveis e a vida sem garantia. In: Debert, G. G. & Pulhez, M. M. (orgs.) *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. 2ª Edição. Campinas: UNICAMP/IFCH.
- Molinier, P. (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo. Um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Revista Produção*, 14(3), 14-26.
- Molinier, P. (2004). O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. *Psicologia em Revista*, 10(16), 227-242.

- Molinier, P. (2012) Ética e Trabalho do care. In: Hirata, H. & Guimarães, N. A. (orgs.) *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas.
- Molinier, P. (2014). Cuidado, interseccionalidade e feminismo. *Tempo social*, 26, 17-33.
- Molinier, P., & Paperman, P. (2015). Descompartimentar a noção de cuidado?. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 43-57.
- Molinier, P., & Paperman, P. (2020). Liberar el cuidado. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 38(2), 327-338.
- Monticelli, T. A., & Tamanini, M. (2015). O poder do “não” e a contradição do “sim”: as ambivalências afetivas, monetárias e de gratidão nas relações de trabalho das diaristas. *Clínica & Cultura*, 4(1), 79-88.
- Motta, D. D. C., Falcone, E. M. D. O., Clark, C., & Manhães, A. C. (2006). Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. *Psicologia em estudo*, 11, 523-532.
- Nadasen, P. (2017). Rethinking care: Arlie Hochschild and the global care chain. *WSQ: Women's Studies Quarterly*, 45(3), 124-128.
- Nadasen, P. (2021). Rethinking Care Work:(Dis) Affection and the Politics of Caring. *Feminist Formations*, 33(1), 165-188.
- Neilson, B. (2019) Globalização e as Biopolíticas do Envelhecimento. In: Debert, G. G. & Pulhez, M. M. (orgs.) *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. 2ª Edição. Campinas: UNICAMP/IFCH.
- Oliveira, A. M. de (2015). A invenção do cuidado: entre o dom e a profissão. *Tese de Doutorado*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Recuperado de: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281151>
- Parreñas, R. S. (2012). O trabalho de care das acompanhantes. Imigrantes Filipinas em Tóquio. In: Hirata, H.; Guimarães, N. A. (orgs) *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas.
- Pereira, B. C. J. (2016). Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual. *Relatório de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: Ipea.
- Pineda Duque, J. A. (2014). Trabajo de cuidado de la vejez en una sociedad en envejecimiento. *La manzana de la discordia*, 9(1), 53-69.
- Pinheiro, L., Lira, F., Rezende, M., & Fontoura, N. (2019). Os Desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da

- PNAD contínua. *Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: Ipea.
- Pizzinato, A., Hamann, C., Maracci-Cardoso, J. Cezar, M. M. (2016) Jovens mulheres do âmbito rural: Gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. *Psicologia e Sociedade*, v. 28, n. 3, 473-483.
- Pizzinga, V. H. (2021). Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 46(25), 1-9.
- Precarias a la Deriva, (2004) *A la deriva, por los circuitos de la precariedad femenina*, Madrid: Traficantes de Sueños.
- Robles Silva, L. (2001). El fenómeno de las cuidadoras: un efecto invisible del envejecimiento. *Estudios demográficos y urbanos*, 561-584.
- Rocha, E. K. G. T. & Pinto, F. D. M. (2018). O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30, 145-153.
- Santander, P. (2011). Por qué y cómo hacer Análisis de Discurso. *Cinta de moebio*, (41), 207-224.
- Santos, M. A. D., & Gomes, W. B. (2010). Self dialógico: teoria e pesquisa. *Psicologia em estudo*. v. 15, n. 2, 353-361.
- Sahraoui, N. (2019). *Racialised Workers and European Older-Age Care*. Springer: International Publishing.
- Senado Federal (2018). *Parecer (SF) nº 1 de 2018*. Diário do Senado Federal de 07 de fevereiro de 2018.
- Smith, J. A. (2008) *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods*. Londres: Sage.
- Soares, A. (2012) As emoções do care. In: Hirata, H. & Guimarães, N. A. (orgs.) *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas.
- Sorj, B. & Fontes, A. (2012) O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: Hirata, H. & Guimarães, N. A. (orgs.) *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas.
- Sousa, R. C. (2020). Vulnerabilidade, vida precária e luto: os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil. *Unifesspa: Painel Reflexão em tempos de crise*, 25, 1-15.

- Teixeira, J. C., Carrieri, A. D. P., & Souza, E. M. D. (2020). Nostalgia for enslavement relations in discourses about (but not from) housemaids. *cadernos pagu*, 1-45.
- Tokarski, C. P., & Pinheiro, L. S. (2021). Trabalho doméstico remunerado e covid-19: aprofundamento das vulnerabilidades em uma ocupação precarizada. *Boletim de Análise Político-Institucional*. Brasília: Ipea
- Tronto, J. (1993) *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. Nova York: Routledge.
- Tronto, J. C. (1997). Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: Jaggar, A. M. & Bordo, S. R. (orgs) *Gênero, corpo, conhecimento*, Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.
- Tronto, J. C. (2013). *Caring democracy*. Nova York: New York University Press.
- Tronto, J. C. (2015). *Who cares?: how to reshape a democratic politics*. Londres: Cornell University Press.
- Van-Dijk, T. A. (1999). El análisis crítico del discurso. *Anthropos (Barcelona)*, 186, 23-36.
- Van-Dijk, T. A. (2016) Análisis Crítico del Discurso. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, 30, 203-222.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 201-220.